



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 45

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 28 de Setembro de 1994

Presidente: Deputado Madruga da Costa

Secretários: Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo.

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 15.25 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia

Feita a chamada, procedeu-se à leitura de requerimentos e respostas.

Posteriormente, passou-se ao período das Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região no qual intervieram, a diverso título, os seguintes Srs. Deputados:

Lisete Silveira (*PS*), Fernando Lopes (*PS*), Francisco de Sousa (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Gil Ávila (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), Manuel António Martins (*Ind.*), Jorge Cabral (*PSD*), Victor Evaristo (*PSD*), Rosa Machado (*PSD*), José Manuel Nunes (*PSD*), António Gomes (*PS*), Mark Marques (*PSD*) e ainda os Srs. Secretários da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*), Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*) e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Jaime Medeiros*).

Período da Ordem do Dia

Neste período procedeu-se à leitura do ponto 1 da ordem de trabalhos, ou seja, a leitura dos Relatórios das Comissões da Assembleia, ao abrigo do artigo 119.º do Regimento da ALRA. Assim tivemos:

- **C.O.L** - Deputado António Gomes (*PS*)
- **C.P.G.A.I** - Deputado José Maria Bairos (*PSD*)
- **C.J.A.S.** - Deputada Fátima Oliveira (*PSD*)
- **C.P.E.F.P.** - Deputado Rui Luís (*PSD*)

Em seguida, passou-se à apreciação de dois Pedidos de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão. A saber:

- Proposta de Resolução sobre "Ligações Aéreas com Boston" sobre a qual intervieram os Srs. Deputados Ricardo Barros (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Fátima Oliveira (*PSD*), Rui Luís (*PSD*), tendo sido o mesmo rejeitado por maioria.
- Ante-Proposta de Lei sobre a "Suspensão da Aplicação do artigo 10.º do Código do IRS às Vendas ao Estado dos Terrenos da Base das Lajes" que foi aprovada por maioria.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Barros (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Jorge Valadão (*PSD*).

Finalmente, passou-se à apreciação da Proposta de Resolução sobre o "Financiamento da Nova Igreja da Santa Luzia", a qual foi também aprovada por unanimidade.

Foram intervenientes os Srs. Deputados Fernando Fonte (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Rui Melo (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Eram 15.25 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Fátima Oliveira, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Gustavo Medeiros, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Amaral, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Mark Marques, Rosa Maria Machado, Rui Luís, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Gomes, António Silva Melo, Carlos César, Dionísio Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Fernando Lopes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Lisete Silveira, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; PCP - Paulo Valadão; Deputado Indep. - Manuel António Martins).

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar no Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Um requerimento apresentado pelo Sr. Deputado do PS António Gomes do seguinte teor:

"Quem chega ao Porto da Vila das Velas, logo se apercebe de um secular guindaste implantado em lugar estratégico por forma a cumprir o seu dever, como sempre o fez, em troca do respeito e carinho dos Pescadores.

Foi esta máquina um dos importantes componentes da indústria baleeira, outrora aqui implantada, cabendo-lhe a honrosa missão de pôr em terra o ganha pão de muitas famílias.

Presentemente pescadores e desportistas náuticos recorrem, vezes sem conta, ao referido engenho.

Todavia os tempos são outros e hoje os utentes da citada máquina têm dificuldades no seu manuseamento, quando para o mar vão em número reduzido.

Ainda por força das obras de beneficiação do Porto das Velas, a referida grua foi recolocada, operação que a falta de cuidado originou o desnivelamento da sua base sendo uma das consequências graves, o desgaste anormal das rodas dentadas.

Considerando o acima exposto e que o serviço prestado por esse guindaste seria manifestamente melhorado se o mesmo fosse equipado com um motor eléctrico, à semelhança do que foi feito ao seu congénere da Calheta;

Ao abrigo das disposições Regimentais e Estatutárias, solicito ao Governo Regional que me informe o seguinte:

1 - Tenciona ou não rectificar a colocação da referida grua, garantindo-lhe, por essa via maior tempo de vida?

2- Sendo uma justa pretensão dos pescadores a colocação de um motor eléctrico na acima referida grua, qual a possibilidade da sua efectivação?

Horta, 26 de Setembro de 1994

O Deputado Regional, António Gomes"

Secretário (Hélio Pombo): Do Sr. Deputado do PS António Gomes um requerimento que diz o seguinte:

"Na visita que o Governo Regional fez à Ilha de S. Jorge, no ano de 1981 (ao abrigo das exigências previstas no artigo 62º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores) foi-lhe oferecido um almoço no lugar da Fajã dos Vimes, tendo nessa ocasião sua Ex.^a o Presidente do Governo Regional prometido à população a execução do ramal de média tensão para esta localidade, a executar no decurso do ano de 1982.

Passados que são 12 anos, a supramencionada promessa continua por cumprir, não obstante as reclamações dos habitantes da Fajã dos Vimes e as sistemáticas lembranças do requerente.

No fim da anterior Legislatura mais concretamente a 30/3/92, cheguei a ser informado de que as obras relativas à execução do ramal de média tensão para o lugar da Fajã dos Vimes seria colocado a concurso e previam a sua execução e conclusão no 1º semestre de 1993.

Já na presente Legislatura e com data de 25 de Fevereiro de 1994, recebi da Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Indústria uma

informação dizendo que a EDA-EP. tinha previsto para o Verão do ano em curso a execução do levantamento topográfico com vista à construção do ramal de média tensão para alimentar a Fajã dos Vimes.

Considerando o supramencionado e o facto de desconhecer a realização dos referidos trabalhos de topografias no decurso do Verão passado.

- Considerando que na presente data existem duas Firmas da especialidade a realizarem trabalhos em S. Jorge pelo que seria uma oportunidade, a não perder, para a execução do pretendido trabalho;

Ao abrigo das disposições Regimentais e Estatutárias em vigor, solicito ao Governo Regional as melhores diligências no sentido de ser informado da data provável para execução desta obra, muito desejada mas sempre esquecida.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Setembro de 1994.

O Deputado Regional do PS, António Gomes"

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Dos Srs. Deputados do PSD, Manuel Teixeira Brasil, Mark Marques, Manuel Gil Ávila, um requerimento do seguinte teor:

"Ex.mº Sr. Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas:

Considerando que a estrada variante Manadas Urzelina, em S. Jorge foi aberta ao público quase há dois anos.

Considerando que os terrenos aonde passou esta estrada, eram terras de matos, lenhas, pastagens e terras de cultura arvense.

Considerando que além desses terrenos fazerem falta aos seus proprietários, até à data actual ainda nada foi dito a estes acerca de quanto iam receber pelo terreno que a dita estrada levou e quando o iam receber.

Considerando ainda que muitos dos proprietários dos terrenos em causa, necessitam de adquirir terrenos noutros lugares para substituírem aqueles que ali foram ocupados pela dita estrada, necessitando do dinheiro destes terrenos para fazerem face a essas despesas.

Ao abrigo das disposições Regimentais e Estatutárias solicitamos a Vossa Excelência que nos informe acerca dos seguintes itens:

- Quanto vai ser pago por cada m2 dos terrenos utilizados pela estrada, de acordo com a aptidão de cultura destes terrenos?

- Para quando está previsto o pagamento destes terrenos aos proprietários respectivos?

Horta, Sala das Sessões, 27 de Setembro de 1994.

Os Deputados Regionais, Manuel Teixeira Brasil, Mark Marques e Manuel Gil Ávila"

Secretário (Hélio Pombo): Do Sr. Deputado do PS António Gomes o seguinte requerimento:

"A Agro-Pecuária é por excelência a ocupação dos jorgenses e por esse facto espelha a economia de S. Jorge.

Este dominante sector, na presente data, atravessa a mais grave situação económica até hoje reconhecida e por consequência os reflexos negativos são imensuráveis.

A lavoura, nesta Ilha, está simplesmente asfixiada e necessita de um complexo tratamento incluindo investimentos nomeadamente na área do abastecimento de água às explorações agrícolas, acção de extraordinária importância para assegurar a qualidade do queijo de S. Jorge, produto originário de uma zona demarcada dos Açores e que importa certificar.

Considerando o acima apresentado, solicito ao Exmº. Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas que me informe para quando o tão esperado abastecimento de água às explorações agrícolas.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Setembro de 1994.

O Deputado Regional do PS, António Gomes"

Secretário (Gaspar da Rosa): Requerimento do Sr. Deputado do PS António Gomes:

"A Agro-Pecuária em S. Jorge merece ser atendida, por quem de direito, sobretudo nesta fase, de uma forma cuidada e responsável, condição necessária para viabilizar a desejável sobrevivência das cooperativas e organizações de produtores, estruturas de extraordinária relevância no tecido económico da ilha acima referida.

É neste pressuposto que nos causa preocupação a situação que atravessa a lavoura jorgense e aflige-nos os atrasos referentes aos apoios financeiros ao sector, nomeadamente aos provenientes do PROAGRI.

Considerando o supracitado, ao abrigo das disposições Regimentais e Estatutárias, requeiro ao Exm^o. Secretário Regional da Agricultura e Pescas as seguintes informações:

1- Quantos projectos de S. Jorge e no âmbito do PROAGRI já foram aprovados e reprovados?

2- Qual a justificação para a não aceitação, na presente data, de algumas candidaturas ao PROAGRI?

Horta, Sala das Sessões, 27 de Setembro de 1994.

O Deputado Regional do PS, António Gomes"

Secretário (Hélio Pombo): Também do Sr. Deputado do PS António Gomes um requerimento que diz o seguinte:

"Em 26 de Janeiro de 1993, enderecei um requerimento ao Exm^o. Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, pedindo-lhe informações que se prendiam com a necessária cooperação do Governo no sentido de possibilitar às cooperativas de São Jorge a criação de um fundo de maneio, por forma a que as mesmas pudessem corresponder com o pagamento do leite dos seus lavradores, atempadamente e regularmente.

Em 11 de Fevereiro de 1993, chegou ao meu conhecimento a respectiva resposta que dizia o seguinte:

"... encarrega-me sua Excelência, o Presidente do Governo, de transmitir a V. Ex.^a que por informação da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, o assunto exposto se encontra em fase de estudo."

Contudo já se passaram 18 meses (ano e meio) e este assunto continua por se resolver, prejudicando sobremaneira quem vive da lavoura.

Não só mas também, por via desta situação, o sector acima referido atravessa, em S. Jorge, a maior crise de sempre, que urge pôr termo.

A conjuntura actual é tão grave que muitos lavradores esperaram um ano para receberem pouco mais de vinte escudos por litro de leite, quando os preços praticados e pagos atempadamente, rondam os cinquenta e um escudos por litro nas ilhas de São Miguel e Terceira.

Considerando o acima exposto, solicito ao Exm^o.^o Secretário Regional da Agricultura e Pescas que me informe se a cooperação do Governo Regional, no sentido de possibilitar às cooperativas de S. Jorge a criação do seu fundo de maneio, será ou não resolvida brevemente?

Horta, Sala das Sessões, 26 de Setembro de 1994.

O Deputado Regional do PS, António Gomes"

Secretário (Gaspar da Rosa): Um requerimento do Sr. Deputado Regional do PS António Gomes do seguinte teor:

"Num passado recente, o Porto da Calheta estava minimamente estruturado para responder às exigências de um serviço de cabotagem praticado por embarcações que jamais serão apagadas da história das ilhas do Grupo Central.

Nessa época, certamente por razões de segurança e de funcionalidade, no acima referido Porto, prestava serviço um cabo de mar e dois funcionários da Junta Autónoma dos Portos.

Ainda por essa altura, e antes dos barcos de passageiros acostarem, um dos funcionários dos serviços supracitados balizava a zona mais conflituosa com prumos e cordas, impossibilitando deste modo a sua invasão por passageiros e ou curiosos.

Mais tarde assistiu-se às malfadadas obras nesta estrutura portuária que pela sua concepção envergonham o projectista e os restantes responsáveis, para além de dificultarem, possivelmente, futuros melhoramentos que aqui se pretendam executar.

Hoje temos o pior Porto de sempre, não temos autoridade marítima a coadjuvar com as operações do Cruzeiro e já não existe o dito funcionário da Junta Autónoma dos Portos que zelava, pela segurança das pessoas e asseio do Porto. É o caos!

A esta situação deve-se recente acidente no Cais da Calheta que vitimou seis pessoas e só por sorte não resultou em tragédia.

Considerando o acima exposto, ao abrigo das disposições Regimentais e Estatutárias, requeiro ao Governo Regional as seguintes informações:

1- O estudo que o Governo Regional encomendou ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil recai, exclusivamente sobre o cais existente ou solicitou ainda a hipótese da outra alternativa, obviamente equacionando custos/vantagens?

2- Para o Porto da Calheta que segundo a nova classificação é da classe C, considera ou não necessária e urgente dotá-lo de um funcionário dependente da entidade administrativa competente e que tenha por fim zelar pelo asseio e segurança?

Horta, Sala das Sessões, 27 de Setembro de 1994.

O Deputado Regional do PS, António Gomes"

Secretário (Hélio Pombo): Da Secretaria Regional da Educação e Cultura, resposta a um requerimento do Sr. Deputado do PS Rui Pedro Ávila, cujo assunto é: "Concurso de Adjudicação de Circuitos Especiais para o Transporte de Alunos da Escola Preparatória das Lajes do Pico" que diz o seguinte:

Em resposta ao ofício n.º 2848, de 94.08.14, do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional da Educação e Cultura de transmitir que as duas propostas apresentadas na Escola Preparatória das Lajes do Pico, foram devidamente analisadas e classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 404/77 e Portaria 484/79.

Nos termos do n.º 4, da Portaria n.º 484/79, a Senhora Maria Alemão foi posicionada na segunda Prioridade: "Industriais de Transportes em veículos ligeiros de aluguer para passageiros, concorrendo com veículos licenciados para aquela actividade".

O Senhor Gabriel Melo foi considerado em última prioridade.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, José Manuel Monteiro Lourenço

Secretário (Gaspar da Rosa): Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Ante-Proposta de Lei sobre a "Suspensão da Aplicação do artigo 10.º do Código do IRS às vendas ao Estado dos Terrenos da Base das Lajes", apresentado por um grupo de Deputados do PS.

Secretário (Hélio Pombo): Proposta de Resolução apresentada pelos Deputados do PS, Rui Pedro Ávila e José Humberto Chaves que "Recomenda ao Governo que implemente com a Telecom. Portugal o estudo imediato com vista à junção dos três grupos de redes telefónicas, num único Grupo de Redes dos Açores".

Secretário (Gaspar da Rosa): Proposta de Resolução sobre "Criação de um grupo de trabalho com vista ao saneamento financeiro das empresas Lacticínios Miragaia e

Lacto-Pico", apresentada pelos Deputados do PS, Rui Pedro Ávila e Manuel Goulart Serpa.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim da leitura da correspondência e não havendo na Mesa votos, passamos ao 3.º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia com as Intervenções de Interesse Político Relevante.

Para uma intervenção dou a palavra à Sr.ª Deputada Lisete Silveira.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados - os Srs. Secretários Regionais não estão presentes:

O ano escolar transacto caracterizou-se pela continuada agitação estudantil, clímax de um mau-estar que, nos últimos anos tem vindo gradualmente a aumentar, motivado pela imprevisibilidade do sistema educativo, por isso causador de incertezas, de interrogações constantes nos alunos, nos pais e encarregados de educação, nos professores.

A Reforma do Ensino, que todos reconhecíamos ser necessária desde há anos, embora baseada em princípios correctos, implementou-se defraudando a esperança com que era aguardada, pois as entidades governamentais da tutela limitaram-se a aplicar mais uns "remendos em fato velho" e, mais grave ainda, serviram-se da Reforma para agravar o fosso sócio-cultural entre os filhos das classes com poder económico e os outros. Da Reforma lhe sobra o nome, porque a catástrofe no sistema educativo por ela provocada é patente aos olhos de todos.

Sr. Secretário, muito prazer pela sua chegada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Quem é que pode gabar-se de não se ter indignado ou, então, rido com a ignorância dos nossos jovens? Não é quase "best seller" uma História de disparates, compilação de respostas de alunos?

Quem não se confrontou já com um texto carregado de erros ortográficos e de construção sintáctica de um qualquer jovem com a habilitação académica do 11º ou mesmo do 12º ano?

Quem pode afirmar não ter verificado ainda a falta de agilidade mental, ou de domínio do discurso oral para emitir um juízo, em grande parte dos nossos jovens?

Quem não terá também constatado o desprezo que uma percentagem significativa da juventude manifesta pelas regras e valores do viver comunitário?

E carregam-se os jovens de epítetos vários e pouco abonatórios, e condena-se esta juventude que "não quer nada com a vida"...

Mentimos! Culpamo-los para nos desculpabilizarmos!

Os jovens são isso mesmo, jovens, tal como nós o fomos já. Se lhes encontramos faltas, temos que assumir que o erro é nosso, é dos adultos que nós somos, é dos governantes que quiseram camuflar um grande mal de raiz social (o insucesso escolar) com sucessivas reformas do ensino de que esta última é o culminar da insensatez dos que deveriam zelar pela salvaguarda de um País de gente preparada para enfrentar os desafios do presente e do futuro, na competição cultural, e consequentemente económica, com outras gentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Mais de vinte e cinco diplomas, entre decretos-lei, despachos, portarias e variadíssimas circulares, pretendem regular os critérios estabelecidos na Lei de Bases do Sistema Educativo. Enformados por conceitos à primeira vista correctos, revelam-se esses documentos, na prática, destinados a outra realidade que não a nossa, ou então pretendem apresentar como novidade acções existentes desde há muito nas Escolas, só que sob outra designação e com carácter obrigatório, como é o caso da Área-Escola.

Não é possível, neste lugar, escarpelizar todas as incongruências de um sistema que surge com o rótulo de "reformado". Darei apenas alguns exemplos.

No Ensino Básico (compreendendo três ciclos que se prevêm articulados e sequencialmente progressivos) entre os princípios que modelam o ensino-aprendizagem do 1º destes ciclos existe o de que a criança aprenderá "ao seu próprio ritmo". Com efeito, dificilmente o professor será capaz de detectar o ritmo individual de aprendizagem de cada um dos seus alunos em escolas que não estão apetrechadas com material didáctico suficiente, e com a qualidade exigível, e onde a criança (como preconizava a pedagoga Maria Montessori já na década de 40) possa aprender por si, a partir do princípio científico do "controlo do erro". A este propósito, não posso deixar de contar o que se passou com uma criança cujos os pais estranhando o

facto de, quase terminado o 1º ano de escolaridade, ela ainda não saber ler, pelo menos frases elementares, lhe terem dito - "Para ti acabou-se a Reforma, vais aprender a ler!" - e, em menos de três semanas, a criança aprendeu a ler! - perdi-me!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Oh Sr.^a Deputada, não se perca!"

A Oradora: As outras crianças, com pais menos empenhados, de menor formação cultural ou até analfabetos, lá continuaram a tentar aprender lentamente, perdendo capacidades despertas...

Retidas (ou reprovadas) só no final do ciclo caberá, talvez, a infelicidade a poucas, esgotados os planos de apoio educativo a que entretanto, o professor terá sido obrigado a recorrer. E, por certo, este ver-se-á a braços com quatro estádios de aprendizagem nestas circunstâncias? É deste modo que se pretende atingir um ensino de **qualidade e excelência?**

No 2º ciclo continua a exigir-se a facilidade de transição, em Escolas mal apetrechadas, com falta de professores habilitados para a docência a ministrarem programas eivados de erros pedagógicos, contrariando as teorias psico-pedagógicas da aprendizagem em que se basearam os fatores do modelo curricular da reforma educativa.

Basta um exemplo: contradizendo as teorias sobre o nível de desenvolvimento cognitivo, desenvolvidas por Piaget e Witkin, o programa de Ciências da Natureza do 6º ano de escolaridade (destinado em princípio, a um público com idades entre 9 a 12 anos) apresenta o estudo da célula, isto é, aquilo que "não se vê", quando a criança ainda se encontra na fase globalizante, apta a captar o todo, o "visível", e, por consequência, compreensível, só passando à fase analítica dois ou três anos depois... Quanto à Matemática, a criança pouca ou nenhuma utilização faz do cálculo e as contas, se as aprendeu no ciclo anterior (a memorização da tabuada é coisa do passado, no 3.º ciclo ser-lhe-á facultada a utilização da calculadora!), esquece-as agora. Mas transita para o 3.º ciclo! E neste ciclo, o jovem irá confrontar-se com a Física e a Química, disciplinas em que irá demonstrar que não sabe dividir 1 por 0,5, nem a relação entre estes dois valores!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Será necessário explicitar mais as razões pelas quais os nossos jovens saem das Escolas com poucos conhecimentos e afastados do perfil ufanamente traçado por uma pedagogia de características globalizantes, dificilmente aplicável nas Escolas que temos?

Será necessário recordarmos que não é a Escola que poderá suprir as diversas carências de uma sociedade afectada por diversos males, entre os quais se encontra o mal maior que é a deficiente condição económica de grande parte das famílias?

Será necessário fazer lembrar que alfabetização não corresponde inteiramente a escolaridade cumprida?

É sim necessário entendermos que esta reforma foi feita para se acabar administrativamente com o insucesso escolar; que ela foi preparada para que só os filhos dos mais ricos, os que têm dinheiro para pagar mensalidades em escolas privadas ou a bons explicadores, possam prosseguir estudos.

Nos Açores, dada a distância geográfica que nos separa dos grandes centros, os nossos jovens são duplamente penalizados. Nem os mais ricos podem optar por escolas privadas, que as não há, e os explicadores qualificados escasseiam.

Se não nos acautelarmos e lutarmos por uma verdadeira autonomia na educação, seremos o reduto de uma geração próxima futura de analfabetos escolarizados ou daremos origem a um futuro de párias colonizados pelos que, noutras paragens, tiveram outras oportunidades.

Disse.

(Aplausos do PS, PCP e dos Deputados Manuel Amaral e Rosa Machado)

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura pretende a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu ouvi com muita atenção a intervenção da Sr.^a Deputada e deixando de lado os eventuais chavões da FRENPROF contra a reforma...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Obrigado!

O Orador: ... parece que são tudo situações a reprovar, a pôr de lado, tudo está mal, mas já estamos habituados a isso.

Eu só queria chamar atenção à Sr.^a Deputada e esclarecer este plenário que ao contrário do que aqui foi afirmado, só os filhos dos mais ricos ou aqueles que têm melhores possibilidades é que conseguem singrar na actual rede de ensino, pelo menos aqui na Região, os resultados atestam bem como isso não é verdade.

As nossas últimas publicações distribuídas com as taxas de aprovação, de retenção, de prosseguimentos de estudos, são a prova de que o que se tem vindo a fazer está dando resultados, lenta mas progressivamente a dar resultados.

E, Sr.^a Deputada, quando se emprega, como se fez ao longo do ano passado e se vai fazer no próximo ano, mais de um milhão de contos só para esbater essas tais diferenças sócio-económicas e culturais, quando se apoia os alunos que têm necessidades de apoios a todos os níveis, quando nas escolas se procura dentro das possibilidades dos professores que podem prestar apoio pedagógico, complementar através de horas extraordinárias, viabilizar tudo isso, faz-se precisamente para esbater essas diferenças e para apoiar os alunos com mais dificuldades.

Sr.^a Deputada, eu tenho dois filhos na rede: um no 2.º ciclo e outro no 3.º ciclo.

A minha casa é frequentada por muitos colegas dos meus filhos e alguns que vêm de famílias com bastantes dificuldades económicas e eu vejo o que é que eles estão a aprender e vejo, efectivamente, que tem valido a pena aquilo que se está a fazer nesse esforço conjunto que é difícil.

Com certeza se houvesse mais possibilidades de investir mais dinheiro, mais se conseguiria fazer, mas aos poucos vai dando frutos.

Não podemos é continuar nesta perspectiva miserabilista que aqui sistematicamente é trazida.

Presidente: O Sr. Secretário Regional dispõe de mais um minuto.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Era só para dizer que o problema da matemática e da língua materna é um problema que não diz só respeito ao nosso país.

Basta ler Paul Kennedy, "Preparing for the XXI st. Century" e ver o que é que ele diz dos Estados Unidos da América e de muitos outros países da Europa que se debatem com o mesmo problema.

Porque é que não se aprende a língua materna?

Porque é que se tem dificuldade em matemática?

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Lopes pede a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Lopes (PS): Para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu faço esta intervenção de esclarecimento na minha qualidade de Deputado e na minha qualidade de pai que o Sr. Secretário também referiu.

De facto, é fácil tentar medir os resultados de um sistema escolar por despesas, por rácios, mas os resultados efectivos que nós experimentamos no dia a dia como pais são diversos.

Eu também tenho dois filhos que também têm muitos colegas que passam por minha casa, de diferentes classes sociais e o que eu vejo, de facto, é que os meus filhos assim como os filhos daqueles que têm uma melhor preparação e que têm capacidade em casa de serem assistidos, têm bons resultados. Os outros não os têm.

E a experiência que eu próprio já passei, porque os meus filhos já passaram por outro sistema escolar, ou seja, o sistema inglês, em que já se viveu tudo isto, demonstra claramente que isto se passa, ou seja, no sistema inglês quem obtém melhores resultados é quem vai para as escolas privadas.

E na Região está a acontecer isso também.

Aqueles que passam pelo ciclo e que passam por escolas privadas, têm bons resultados.

Os que têm apoios em casa porque os pais os podem dar, têm bons resultados.

Os outros, infelizmente, não conseguem e eu apanho também esses resultados depois como professor na universidade, quando tenho alunos que não sabem escrever. E é

verdade **não sabem escrever**, que não sabem fazer contas, às vezes nem sabem calcular uma percentagem e, no entanto entram para a universidade.

Eu já vi por exemplo, em mais de uma loja, pessoas que saíram da escolaridade obrigatória e que precisam calcular um desconto e que não o sabem fazer. É conflagrador Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira para prestar esclarecimentos.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu também ouvi com muito interesse o Sr. Secretário que começa logo por referir a FRENPROF.

Acho que a meu respeito, está desactualizado.

É só o que deixo registado.

Sobre as outras considerações, o Sr. Secretário vem falar nos investimentos.

Oh Sr. Secretário, mas os investimentos que estão a ser feitos, podem ser mal aplicados e é o que se está a verificar.

O Sr. Secretário sabe perfeitamente que tudo aquilo que eu afirmei é verdadeiro.

O Sr. Secretário sabe que até ao fim da escolaridade obrigatória - até ao fim do 9 ° ano - **obrigam os professores a facilitar a transição.**

Não temos meios nas nossas escolas, os tais brilhantes apoios educativos, na maior parte das nossas escolas, não temos.

Não temos **salas de aula** necessárias. Não podemos individualizar muitas vezes o ensino nas próprias salas de aula, porque nem sequer as cadeiras e as mesas podemos movimentar dentro das salas.

Não podemos muitas vezes aplicar determinadas estratégias que nos levam horas - levam horas aos professores - a preparar.

O Sr. Secretário sabe isso muito bem.

O Sr. Secretário sabe muito bem que a partir do 9 ° ano é que temos agora a fasquia para o prosseguimento de estudos.

O Sr. sabe muito bem que os programas do ensino secundário continuam a ser **tão exigentes ou mais** do que aqui há anos, antes da reforma.

Os conteúdos são os mesmos. Nas estratégias - vá lá - há umas pseudo-inovações, porque quem é professor há anos já aplicava as estratégias que aparecem vestidas de roupagens vistosas, que mais não são do que aquilo que se aplica, isto é, que um professor capaz, um professor empenhado faz há muito tempo.

O Sr. Secretário sabe isso muito bem!

Dantes, os obstáculos aos jovens punham-se no fim do 12 ° ano.

Agora põem-se no fim do 9 ° ano, tanto mais que agora aqueles que realmente tiveram acompanhamento dos pais, tiveram dinheiro para pagar o explicador ou noutras partes do país, tiveram dinheiro para pagar as escolas privadas ...

Presidente: A Sr.^a Deputada dispõe de mais um minuto.

A Oradora: Muito obrigado, Sr. Presidente. Termina já.

... para pagar as escolas privadas, esses terão o seu **diploma** para prosseguimento de estudos.

Os outros terão aquilo a que eu chamo um diploma de incapacidade, um certificado de incapacidade.

Temos um ensino recorrente por unidades capitalizáveis, temos sim Sr..

E o Sr. Secretário já deve saber os resultados por exemplo aqui no Faial - pode ir ali recolhê-los - das inscrições no início do ano em que eram 50 e tal indivíduos e chegaram ao fim do ano uma dúzia deles - nem sei se tanto - nesse sistema de ensino.

O Sr. Secretário **sabe**. O Sr. Secretário está no seu papel, está na sua função.

A minha é de **denunciar** realmente que a educação neste país **não presta**, vai de mal a pior.

Vamos ter jovens cada vez mais castigados, porque não sabem, não estão preparados para enfrentar os desafios do futuro. Não temos.

O Sr. Secretário vem referir os Estados Unidos.

Este sistema que estamos a implantar agora, é aquele que vigora há muitos anos nos E.U.A..

Só que o Sr. Secretário olhe para as escolas onde até há armários para os alunos deixarem os seus pertences. Os nossos, andam carregados às vezes com quilos e quilos de material, desde as 8 da manhã até às 5 da tarde. E além disso, Sr.

Secretário, há já cerca de meia dúzia de anos que se chegou à conclusão que nos E.U.A. há 70% de analfabetos funcionais e a partir daí devido ao mau sistema de ensino, já há Comissões a prepararem uma nova reforma.

Quer dizer, nós estamos sempre atrasados.

Estamos a aplicar reformas que nos outros países já se verificaram que não resultam.

Sr. Secretário é isto que eu quero que fique registado.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco de Sousa pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Os meus agradecimentos por ter feito referência à maior representação de professores deste país.

Em segundo lugar, gostaria de congratular-me com as largas centenas de professores que nesta Região dão o seu melhor por aquilo que o Governo não lhes dá.

Em terceiro lugar, gostaria de questionar V. Ex.^a pelo gasto de um milhão de contos e aí eu vou ser muito claro.

V. Ex.^a gastou um milhão de contos em transportes de alunos que não foram transportados, porque eles não existiam!

V. Ex.^a gastou um milhão de contos em equipamentos que não chegaram às escolas!

V. Ex.^a gastou um milhão de contos em concursos que foram feitos erradamente!

V. Ex.^a gastou um milhão de contos a pagar a professores que nunca chegaram aos Açores!

Se isto é perspectiva miserabilista, perguntaria porque é que a sua Secretaria teve que pagar uns largos milhares de contos, dezenas de milhares de contos, para indemnizações pela sua atitude administrativa?

Enquanto no que diz respeito à escolaridade obrigatória, eu penso que V. Ex.^a tal como eu, sabe que já não estamos na década de 60.

E eu ainda apanhei a escolaridade obrigatória da 3.^a classe. Apanhei a 4.^a. Apanhei o 6.^o ano. E felizmente já vou no 9.^o.

E o Primeiro Ministro, o Prof. Cavaco Silva, quando foi para ser eleito na última vez, até dizia que Portugal no final do século teria 12 anos de escolaridade obrigatória.

Terá escolaridade obrigatória nas escolas que não existem, com professores que não se formam para os alunos que não necessitam?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila para esclarecimentos.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Muito telegraficamente:

A questão que foi posta pela minha colega de bancada Lisete Silveira tem alguma acuidade e eu falo neste caso não como político, mas como pai.

Uma aluna que está desde o 10.º e 11.º anos em Ponta Delgada (que é a minha filha), depois dos resultados catastróficos que se viu em matemática este ano - e ela era uma aluna razoável, não interessa agora aqui quanto é que era, nem quanto não era - ficou tão assustada que veio pedir, Sr. Secretário, para também ter explicadora este ano.

Era só isso.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário da Educação e Cultura:

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

Eu insurjo-me contra a perspectiva sistematicamente miserabilista que é trazida a esta Câmara.

Eu congratulo-me quando o Sr. Deputado Francisco Sousa diz que é preciso prestar justiça àquilo que os professores fazem, porque muito se faz e muito do que se faz também é devido às progressivas alterações que vão sendo introduzidas como melhoria na rede.

Não é só devido a essa tal disponibilidade, a esse tal espírito de bem fazer e de bem cumprir, que existe sim Sr., mas que é apoiado e alicerçado numa contínua melhoria dentro das facilidades que nós vamos conseguindo introduzir na rede.

Quando aqui se fala em se obrigar os professores a fazer a transição de alunos, eu queria lembrar que quem andou de escola em escola a dizer aos professores para passar os alunos foi o Sindicato. Foi o Sindicato que andou de escola em escola a dizer aos professores que passassem os alunos para o ciclo seguinte.

A minha mulher é professora do primeiro ciclo básico - por vezes o Sindicato esquece-se que ela é professora - e na escola onde ela está também passaram por lá a dizer "Passem para a frente. Os gajos da frente que se lixem, porque é altura dos do 2º ciclo é que apanharem com isso."

Quando, efectivamente, as instruções que foram para as escolas, foram no sentido de que nenhum aluno deveria transitar de ano, deveria ser retido, à excepção do primeiro, se não tivesse aquele mínimo de condições para o prosseguimento de estudos.

Esta é, de facto, uma reforma que promove o sucesso e não promove a retenção sistemática. Agora quando é preciso reter, retém-se.

Não foi isso que se andou a dizer de escola em escola. O que se andou a dizer e a fazer, foi boicotar a reforma fazendo com que os alunos transitem sem saber, e infelizmente houve alguns profissionais de ensino menos esclarecidos que alinharam nessa cantilena barata de passar poucos. Felizmente poucos, mas que alinharam nessa cantilena.

Isso é que é preciso ser denunciado e denunciado aqui.

Agora, quanto ao problema de fundo - esse eu já o disse aqui ontem mas volto a repeti-lo hoje - que é o problema da matemática e da língua materna, esse é um problema que constitui hoje a maior interrogação de qualquer sistema educativo, do nosso, do americano, de outros.

É um problema em relação ao qual toda a gente se divide e desdobra em esforços no sentido de encontrar uma saída para isso.

É evidente que a maior parte das explicações, o Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu, que as explicações que se dão para aí a maior parte é de matemática. É nisso que os alunos têm problemas, não é tanto nas outras matérias com as compensações educativas e com as facilidades que efectivamente hoje o ensino proporciona. Com acessibilidades diferentes as pessoas vão conseguindo dar a volta.

Agora, é evidente que a matemática e a língua portuguesa são condições essenciais para que haja sucesso. E aqui é que está o problema e é aqui que se centram todos os nossos esforços no sentido das horas extraordinárias, do apoio pedagógico acrescido, da compensação educativa ser prioritariamente dirigida para isto.

É aqui também que se centram as bolsas que estamos a dar para, a médio prazo, termos professores, nomeadamente na matemática, na física e na química como eu ainda ontem frisei aqui.

E, Sr. Deputado Francisco de Sousa, é inquestionável a melhoria que se tem verificado na rede e basta consultar as estatísticas.

Durante anos fomos acusados de não termos estatísticas. Hoje temos as melhores do país. Não tenho medo nenhum de o afirmar, porque temos as estatísticas e dos dados mais bem tratados neste momento.

Mas isto prova-se no terreno, isto são coisas que facilmente se prova. Vai-se aí a qualquer escola e prova-se e fala-se com as pessoas que beneficiam destes apoios...

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

O Orador: O problema, Sr. Presidente, é que há 5 ou 6 que "malham" e depois eu tenho 3 minutos para responder.

(Risos da bancada do PSD)

Houve melhorias nos transportes, nas cantinas, nos "bufets", nos materiais escolares, nos materiais consumíveis, tudo isso que é distribuído a tantas e tantas centenas de alunos, faz-se sempre "tábua rasa" disso tudo.

Experimente a tirar isso tudo para ver o quanto pior isto não seria.

Presidente: Tem a palavra a Sr.^a Deputada Lisete Silveira para mais esclarecimentos.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu nunca sofri de espírito miserabilista para nada na minha vida nem na vida da comunidade.

Só tenho olhos para ver e alguma inteligência para pensar.

o Sr. Secretário insiste que quem contesta um sistema de ensino tem uma visão miserabilista.

Não, Sr. Secretário.

Nós queremos evitar é que a miséria venha dentro em pouco.

A miséria cultural, a miséria económica, aquilo que faz com que um cidadão não saiba exercer os seus direitos, reclamar aquilo que merece.

Isso só com um indivíduo que foi preparado para saber fazer e saber ser em escolas preparadas, para que seja ministrado esse tipo de ensino.

Mas não vemos, por mais voltas que o Sr. Secretário queira dar, nada disso nas nossas escolas. O que vemos é um esforço **medonho** dos professores para tentar ultrapassar aquilo que lhes é imposto.

Muitas vezes os professores são, de facto, os assalariados do sistema e não pode ser. Tem que haver o espaço criativo.

Há muitos professores, Sr. Secretário, - o Sr. deve saber - que entram às oito, oito e meia da manhã e saem às cinco e meia, seis e mais da tarde, para poderem cumprir as suas obrigações.

O Sr. Secretário sabe perfeitamente que quando fala da retenção, quando no final do segundo período - isto especificamente para o 3º ciclo - se entende que algum aluno vai ficar retido, tem que apresentar os tais apoios educativos, o modelo de apoio educativo e depois chegado ao fim do ano, se o aluno continua na mesma por outros motivos que a escola não pode suprir, entre eles muitas vezes acompanhamento médico, os professores muitas vezes têm que, enfim, quase que fazer um papel de psicólogo que não lhes cabe e para o qual não estão preparados.

Isso está também contemplado no apoio ao aluno, os tais grupos de médicos especialistas para o acompanhamento do aluno com dificuldades.

Onde é que isso está Sr. Secretário?

Isso não há.

Há crianças com dificuldades e o professor durante o espaço mínimo que está com ele na aula não pode reconhecer e identificar as dificuldades que o levam a uma não aprendizagem.

O Sr. Secretário não foca isso.

Há diversos aspectos que nós realmente apresentámos, com que lidamos dia a dia e eu então vou-lhe dizer Sr. Secretário, acerca de serem os Sindicatos ...

Presidente: A Sr.^a Deputada dispõe de mais um minuto.

A Oradora: Muito obrigado Sr. Presidente.

... a pressionarem os professores para não reterem os alunos, Sr. Secretário, eu então vou-lhe dar um exemplo concreto e tudo aquilo que eu digo tenho provas, tenho testemunhas.

Houve aí numa escola do 1º ciclo, uma criança que teve acidentes, teve problemas de saúde que a levaram a frequentar a escola apenas 25 ou 26 dias úteis no ano.

A professora entendeu que não tinha a criança atingido os objectivos mínimos para transitar.

Foi-lhe dito, foi-lhe ordenado, pela hierarquia que lhe está acima, para passar a criança. Porque a criança não tinha culpa de estar doente...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Pobres crianças! Pobres filhos!

A Oradora: ... o espírito da criança perdia o contacto com a turma.

Isto é verídico Sr. Secretário.

Se quiser eu faço-lhe chegar o testemunho.

Isto é verídico.

E outros. Tantos outros casos que eu poderia apresentar aqui mas o tempo é curto.

Muito obrigada.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco de Sousa pede a palavra com que finalidade?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Para mais esclarecimentos.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário da Educação e Cultura:

Em primeiro lugar, queria congratular-me por V. Ex.^a reconhecer a representatividade dos Sindicatos, coisa que a Sr.^a Ministra da Educação não faz, diz que não tem nenhuma representatividade bem como as associações de estudantes, o que dá bem a prova do que é a representatividade do Governo da República.

Em segundo lugar, queria perguntar-lhe se V. Ex.^a sabe que na Região Autónoma dos Açores para vacinar-se uma vaca é necessário estar presente um médico veterinário?

E se sabe que para ser professor de uma escola preparatória ou secundária na Região Autónoma dos Açores, basta haver um lugar disponível e a pessoa ter no mínimo o 9º ano de escolaridade?

E perguntar-lhe ainda se V. Ex.^a, de facto, sabe...

Deputado José Maria Bairos (PSD): Isso não é comparação!

O Orador: A comparação, Sr. Deputado, é que o seus filhos para transitarem podem ter um qualquer... merceeiro ou os nomes todos que V. Ex.^a quiser, enquanto que se tiver uma vaca não a vacina sem ter um médico veterinário ao seu lado para que ela seja vacinada.

Se não percebe a diferença eu dou-lhes aulas à noite se precisar.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Eh pá!

O Orador: ...V. Ex.^a sabe que para transitar os alunos, a sua Secretaria informa e faz por despacho - e não é preciso dizer o n.º do despacho - a dizer que não pode reter os alunos do 1º para o 2º ano, do 2º para o 3º, do 3º para o 4º, mesmo que os pais digam que querem o aluno retido?

Não podem ser retidos e o Sr. sabe que fez diplomas nesse sentido e aplicou-os na Região, diplomas que são nacionais.

V. Ex.^a sabe que não podem ser retidos. V. Ex.^a sabe que as crianças e os jovens têm 10 anos para fazerem 9.

Eles entram aos 6, são obrigados a sair aos 15 e têm que fazer 9 anos de escolaridade.

V. Ex.^a sabe e não venha aqui dizer que são os Sindicatos que vieram dizer "passem para a frente".

Foi V. Ex.^a! Foi o seu Governo que disse isso por escrito para as escolas.

Se não sabe, eu vou-lhe buscar os diplomas todos e mostro-lhe alguns com a sua assinatura, Aurélio da Fonseca que assinou, não fui eu.

Quando V. Ex.^a fala em boicotar a reforma isso é absolutamente falso. É **mentira**, porque os professores querem a reforma, os professores têm exigido a aplicação da reforma na Região.

V. Ex.^a é que não lhes dá os meios, começando por falar sempre em escolas modelo que já deixaram de ser modelo até no modo de funcionamento.

V. Ex.^a é que se esquece que existem verbas assentes no plano e no orçamento da Região, verbas para obras e para equipamentos, para isto e para aquilo, que depois não aparecem, porque entretanto foram gastas noutras coisas.

V. Ex.^a é que dá essas instruções, V. Ex.^a é que assina os diplomas.

Não pode vir aqui dizer que são os professores ou são os Sindicatos ou são outros que fazem aquilo que V. Ex.^a manda fazer, porque esses são obrigados a fazer e quando **não o fazem** são-lhes abertos processos disciplinares ou então V. Ex.^a manda-lhes A.T.S. mandando fazer aquilo que os professores muitas vezes não querem fazer.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, nos termos do artigo 99.º, para defesa da consideração.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Sr. Secretário diz que foi "malhado", eu senti-me ligeiramente magoado. E digamos porquê, Sr. Presidente, Srs. Deputados: É que aqui não há ninguém que é "malhado" nem ninguém que se deixa "malhar" - pelo menos se deixam não deviam.

Quando falo e expliquei claramente na minha intervenção de que o fazia como pai e não como político, já agora quero-lhe dizer duas ou três questões Sr. Secretário, sempre defendendo a minha consideração.

Nós, no Pico, temos três escolas - uma particular.

Alguns dizem: "Se queres que a tua filha entre para a universidade, tem que sair do Pico logo a seguir ao 9º ano, senão as notas que tem, por mais altas que sejam, não

são o sinónimo de bom estudo e de bom indício de que na universidade irá prosseguir".

Quando o meu colega de bancada, Fernando Lopes, diz que realmente com boas notas chegam à universidade e não sabem matemática, eu tenho uma outra filha - e já agora gostaria de lhe dizer - que no 10º ano (acabou o ano passado) passou com média de 17.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Parabéns!

O Orador: E agora eu digo-lhe e pergunto-lhe, também essa no 12º se não tiver explicação vai baquear?

São estas as preocupações.

Por outro lado, quando disse há bem pouco tempo, o Sr. Coordenador do Núcleo dos Açores do Projecto de Vida, que a nossa situação nos Açores é muito preocupante em termos de tóxico-dependência, mas ainda não é alarmante, quem tem filhas fora de casa e até quem as tem em casa, não está "malhando" em ninguém Sr. Secretário, mas está muito preocupado com o que se passa nas escolas da nossa Região.

E quando as nossas filhas nos chegam a casa e dizem: "vi meu pai, vi drogados nas escolas de S. Miguel", como também talvez aqueles que as têm na Terceira também diriam a mesma coisa. São coisas que nos preocupam e muito.

Isto não é "malhar" em ninguém.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Grupo Parlamentar do PSD estava a prever esse género de intervenções, porque elas estão na época, fazem parte de um ritual normal que se desenrola e que a esta Casa é trazido pelos deputados da oposição nesta altura do ano, o início do ano lectivo. Nós prevíamos que isso viesse a acontecer.

Assistimos a essas intervenções e é muito normal que ainda o Sr. Deputado Francisco Sousa tenha falado esta semana sobre a mesma matéria.

Já estamos habituados, é o hábito e é bom que alguns hábitos não se percam nesta Casa e como tal, acompanhamos com atenção este debate e temos que reconhecer que até certo ponto foram feitas aqui algumas afirmações que são correctas.

Nós aceitamos algumas críticas construtivas ao sistema da reforma de ensino, porque nós próprios, o PSD, o próprio Governo, reconhece que às vezes há dificuldade na aplicabilidade da legislação que consagra essa reforma.

Nós todos estamos conscientes de que o sucesso da reforma nos Açores tem sido possível por uma articulação perfeita entre o Governo e a colaboração inextinguível dos docentes - é preciso que isso fique registado.

Os professores levam um espírito de sacrifício e é que têm garantido essa implementação e essa reforma na Região. Mas por isso, não podemos aceitar outras afirmações que foram feitas.

Também queria dizer que comungo com o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila quanto à sua preocupação na tóxico-dependência. Nós todos estamos preocupados com isso e porque está chegando às nossas escolas e está chegando até às nossas casas - por isso não é de admirar que chegue às nossas escolas.

Como tal, queria aqui reafirmar que é tanto mais intenso esse desespero dos deputados da oposição, porquanto o ano escolar se iniciou e reabriram-se as aulas debaixo de uma normalidade, sem agitações.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente. Já termino.

É esse desespero que eu quero aqui registar.

O ano lectivo na Região Autónoma dos Açores abriu na altura certa, abriu debaixo de uma normalidade e os problemas que apareceram foram de imediato resolvidos pela Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para mais esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar, folgo muito com a matéria que a Sra. Deputada aqui apresenta e do modo como apresenta.

E quero salientar um aspecto que foca e que tem a ver com aquilo que vou dizer.

Diz a Sra. Deputada e nós concordamos plenamente, que o jovem ou tem o apoio em casa ou então sabe Deus como será o ensino.

É verdade, no entanto, estamos a falar do Faial, da Terceira, de S. Miguel, porque no caso das ilhas pequenas, os jovens não estão em casa, não podem ter o apoio em casa.

Com 15 anos e às vezes menos, os jovens de muitas das nossas ilhas pequenas - a totalidade daqueles que continuam os estudos no caso dos da Ilha das Flores - têm que vir para o Faial, S. Miguel ou para a Terceira. Não podem ter o apoio para a continuação dos estudos.

Isto tem como consequência que por um lado, muitos desses jovens não têm a capacidade económica - que a Sra. também referiu - para ter os explicadores. Por outro lado, não têm o apoio familiar.

Estes dois males têm como consequência que, além dos aspectos económicos que se verificam nas ilhas grandes, eles ainda são agravados nas ilhas pequenas. E eles são agravados exactamente porque muitos desses jovens, muitas vezes com essas idades, estão ao abandono total, estão muito mais abertos a todos os problemas negativos desta nossa sociedade e infelizmente não vemos da parte do Governo Regional nenhuma intenção em resolver problema.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Lisete Silveira para mais esclarecimentos.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A propósito da maneira muito cordata do Sr. Deputado Rui Melo, queria apenas fazer duas observações.

A questão da educação não foi levantada primeiramente por nós.

O Sr. Deputado lembra-se que ontem uma sua colega de bancada já levantou o mesmo problema e com umas linhas que não vêm muito em contra àquilo que eu hoje afirmei.

Por outro lado, referindo-se à normalidade da abertura do ano lectivo, eu só quero lembrar - desculpe a minha insistência - mas normalidade não quer dizer efectividade, não quer dizer importância, às vezes significa uma paz podre.

Lembremo-nos da normalidade salazarista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para mais esclarecimentos.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Deputado Rui Melo:

Duas pequenas observações:

A primeira é para dizer que V. Ex.^a de facto tem andado ultimamente muito distraído com as questões do turismo e portanto não se apercebeu da abertura do ano lectivo.

(Risos do PS)

Em segundo lugar, é para dizer que está tão distraído, tão distraído, que nem sequer verificou que a escola da sua vila abriu nas condições em que abriu ou que a Escola Secundária Antero Quental abriu nas condições em que abriu, ou que a Escola Secundária da Horta abriu nas condições em que abriu, ou que há escolas que apesar de terem aberto por exemplo no primeiro dia de aulas, escolas de 25 professores do ensino primário, faltavam 15.

V. Ex.^a se calhar não se apercebeu que o primeiro dia que o Sr. Secretário tinha marcado para a abertura das aulas, faltavam nas escolas dezenas e dezenas de professores, desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

Portanto, é nesse sentido que digo que V. Ex.^a tem estado altamente preocupado com outras matérias e portanto, naturalmente este ano não se preparou para a abertura do ano aqui da nossa Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria pôr algumas questões ao Sr. Deputado Francisco de Sousa que é preciso clarificar.

O Sr. Deputado considera ou não considera que o ano lectivo este ano iniciou-se diferente dos outros anos com melhoria significativa? É verdade ou não é verdade?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não é verdade!

O Orador: É da responsabilidade da Secretaria ou também é da responsabilidade desses mesmos professores o apresentarem-se nas escolas?

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não se aplica a lei!

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que fizesse a sua intervenção sem estabelecer diálogo, porque não é permitido no nosso Regimento.

O Orador: Eu estou nesta intervenção turisticamente, por isso estou à vontade a fazer-lhe as perguntas, Sr. Deputado.

Por isso gostaria que respondesse muito claramente a elas e quero dizer ao Sr. Deputado que nós acompanhamos com muita atenção, porque é sempre uma preocupação para o Governo e porque nós sabemos, devido às dificuldades que a Região tem movimentado nos últimos tempos, temos tido dificuldades em corresponder a algumas necessidades das escolas.

Isso assumimos com clareza. Temos aqui situações de escolas que têm excesso de alunos, pois estavam dimensionadas para um número certo de alunos e têm agora não o dobro mas talvez...

Deputado Francisco de Sousa (PS): Têm o dobro - diga isso!

O Orador:... mais uma centena ou duas a mais, isso é verdade, mas nós nunca escondemos isso.

No entanto, temos tentado remediar com as possibilidades financeiras e com as capacidades orçamentais que a Secretaria tem para corresponder e para minimizar esses problemas. O Sr. Deputado Francisco de Sousa sabe que isso é verdade.

Tem havido da parte da Secretaria muito boa colaboração para resolver esses problemas pontuais, pondo gente a acompanhar os Conselhos Directivos, à procura de soluções.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Agora também a Secretaria conta muitas vezes com alguma resistência da parte dos Conselhos Directivos que nós sabemos que se movimentam político-partidariamente e até a nível sindical.

É preciso que registre isso Sr. Deputado. E o Sr. nessa área sabe mais que eu.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para defesa da honra.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Deputado Rui Melo:

Não é propriamente para defesa da minha honra, mas sim para a defesa da honra das dezenas de professores que pertencem aos Conselhos Directivos desta Região, a quem eu presto a minha homenagem, porque têm feito das "tripas coração" ao longo de anos.

Graças a eles e a todas as correntes político-partidárias que eu conheço - graças a Deus a maior parte delas - e também as tendências, se quiser, sindicais, e a esses eu desejo o meu maior respeito, porque se não fora eles e garanto a V. Ex.^a que se fosse à espera de directrizes da Secretaria Regional da Educação e Cultura, muitas das escolas que abriram não teriam aberto este ano. Já que V. Ex.^a não cumpriu a outra parte.

E se me pedir os nomes eu dou-lhe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para defesa da honra.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para solicitar, na defesa da minha honra, ao Sr. Secretário da Educação e Cultura que esclarecesse componentemente sobre essa matéria o Sr. Deputado Francisco de Sousa sobre a abertura do ano lectivo, dizendo-lhe que não há mal nenhum nessas escolas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Lisete Silveira: por oposição àquilo que disse, eu também não sou nem cego, nem acéfalo.

Agora não sou incrédulo em relação à nossa juventude.

De facto, eu digo aqui com muita convicção que creio nestes rapazes e raparigas que estão na nossa escola.

Creio que, efectivamente, a miséria não está assim tanto à porta como se quer fazer crer, dentro da mesma visão de sempre.

É verdade que temos que ultrapassar o problema grave da língua materna e da matemática. Mas fora isso, estes nossos jovens, o seu posicionamento perante a vida, na escola, é muito diferente da nossa passagem pela mesma.

Não é que a gente também não tenha singrado, não tenha chegado onde chegámos hoje, mas estes jovens hoje com a nova escola, com a abertura que têm para determinadas coisas, apresentam um posicionamento muito diferente.

Eles questionam, eles interrogam, eles intervêm, eles têm a palavra, eles estão muito mais adaptados aos desafios do tempo em que vivem do que nós estávamos nessa altura.

É óbvio que se tem que dizer e é uma justiça que se tem que prestar, nem tudo é mal, nem tudo está para ser posto de lado.

Há muita coisa boa que se tem vindo a fazer por aí fora e é preciso que alguém também o diga para também se prestar justiça a quem se esforça por levar a mudança para a frente.

Efectivamente, as coisas vão andando porque a maioria dos professores que temos, dos profissionais de ensino que temos nas escolas, dos auxiliares, do pessoal operário, toda a gente que forma a escola como os alunos e os pais que são peças fundamentais da comunidade educativa, estão a dar o seu melhor para que as coisas corram da melhor forma.

Não é verdade que os alunos não possam ser retidos em qualquer ano à excepção do primeiro, Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Eu acho piada, porque quando vos serve a vós para contarem, nomeadamente em determinadas situações com votos, com os professores sem habilitação, eles são os maiores do mundo, toda a gente tem que apoiar os Srs. e tudo mais.

Quando não é para essa finalidade, os Srs. vêm aqui, sistematicamente, passar-lhe um atestado de menoridade...

Deputado Francisco de Sousa (PS): É mentira! O Sr. é que está a passar um atestado de menoridade!

O Orador: ... e insultá-los quando temos, muita boa gente sem habilitação própria...

Presidente: O Sr. Secretário tem mais um minuto.

O Orador: ... os tais Srs. e Sras. que dão aulas que nas escolas prestam bons serviços.

Isto comparado com os veterinários e à presença dos não veterinários e com os outros indivíduos como aqui foi feito, é um insulto às pessoas que não tendo habilitação própria, nem suficiente, dão muito do seu melhor contributo à nossa escola. Isso é que dói ouvir.

Agora eu concordo com o Sr. Deputado Rui Ávila quando diz que se preocupa com o caso de ter uma filha - ou outras pessoas conhecidas - que passam pelo Secundário e que se interrogam sobre como é que vão continuar, quando o Secretário da Educação tem vindo a bater-se constantemente nas escolas que querem ter anos de frequência, no sentido de dizer "calma, vão com cuidado, nada de pôr o carro à frente dos bois, é preciso ter um básico consolidado com professores à altura, nada de andar mais depressa do que aquilo que se pode".

Os resultados muitas vezes estão à vista.

É preciso caminhar, mas caminhar com segurança.

Portanto, qualquer passo, qualquer aposta que se faça no sentido de se avançar com mais este ou aquele ano de escolaridade, passa efectivamente pelas escolas terem consciência com a autonomia que têm hoje em dia, de que ao darem esse passo não estão a prejudicar os nossos filhos, os seus, os nossos contemporâneos...

Deputada Lisete Silveira (PS): É escusado!

O Orador: ... porque efectivamente essa tentativa, essa ânsia de querer que os miúdos não saiam desta ou daquela ilha pode ter esse efeito perverso que é ter menos qualidade.

Nós temo-nos batido sempre para que haja qualidade.

A qualidade tem que ser o factor fundamental, primordial do processo de aprendizagem e se isso implicar ter que mudar de ilha como implicou até agora nalgumas ilhas, talvez fosse um mal menor.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que terminasse.

O Orador: Não é que eu não me preocupo também com a idade com que os miúdos abandonam o lar familiar, que é muito complicado.

Eu percebo, compreendo, mas penso que são os prós e os contras que estão subjacentes a esta tomada de posição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar um esclarecimento.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Em primeiro lugar, eu não tenho nada a dizer do facto do Sr. Secretário não ter percebido aquilo que o Sr. Deputado do Partido Socialista quis dizer em relação ao tratamento de animais.

Mas quero esclarecer que os médicos veterinários têm habilitação própria para darem ciências da natureza aos ciclos de escolaridade obrigatória e têm habilitação própria para darem biologia e ciências físicas e químicas aos alunos dos ciclos liceais.

Isso vem em decreto-lei cujo o número não me recordo de memória, mas que a qualquer altura posso facultar a V. Ex.^a.

Por outro lado, em relação ao problema do ensino há um aspecto que também valerá a pena referir e que tem a ver com a intervenção inicial da Sra. Deputada Lisete Silveira.

Quando fala nos problemas do primeiro ciclo básico, quero lembrar que nesta Região existem muitas localidades onde as crianças que deviam frequentar a pré-primária não têm possibilidades de o fazer.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sim senhor!

O Orador: E eu pergunto-lhe, até porque tenho alguma experiência nesse ciclo onde exerci funções com habilitação própria e profissionalmente, diga-se de passagem, essa experiência leva-me a poder afirmar categoricamente que a criança que não tem possibilidade de frequentar a pré-primária - a passagem pelos 4 anos - quando chega à escola aí encontra e esbarra, de facto, com problemas muito grandes.

Infelizmente nesta Região, sucedem-se casos caricatos como um que eu ainda há uma semana vi em que uma Sra. Doutora de um Centro de Saúde desta Região fazia uma cartinha para uma localidade onde não há escola pré-primária, para que a Sra. Professora recebesse na escola do primeiro ciclo básico aquela criancinha, porque

ela tinha grande necessidade de frequentar o ensino pré-primário embora não tivesse idade para ir para a escola primária.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Ora, nesta Região estamos nestas circunstâncias, onde os próprios funcionários que dependem do Governo Regional mandam mensagens que deveriam ser cumpridas, que o Estado tinha a obrigação de cumprir, mas que infelizmente dado o modo como o ensino se pratica nesta Região e se vive nesta Região, infelizmente é isto que acontece. Porque, diga-se de passagem, neste momento existem aldeias ou localidades a 2 km ou 2,5 km de distância, que têm crianças para frequentar a pré-primária mas que no entanto, ficam em casa e não frequentam a mesma.

Presidente: O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra com que finalidade?

Deputado Francisco Sousa (PS): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu protesto pelo facto de V. Ex.^a ter deturpado as minhas palavras e o pensamento que eu tive quando equiparei uma situação com outra.

Já o Sr. Deputado Paulo Valadão fez o favor de esclarecer V. Ex.^a, no que diz respeito à habilitação dos médicos veterinários e eu dir-lhe-ei e repetirei que enquanto o seu colega de Governo, para vacinar uma vaca obriga que esteja presente um veterinário.

V. Ex.^a permite, aceita e faz legislação que possibilita que para educar uma criança ou um jovem **basta** ter o 9^o ano de escolaridade.

Quero protestar porque V. Ex.^a quis dizer aquilo que eu não disse.

Respeito demasiado os professores que o são de habilitação mínima...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Ainda bem!

O Orador: ...e são esses que de Santa Maria às Flores, durante anos e anos e ainda no corrente ano, fizeram com que as escolas tenham aberto no prazo que V. Ex.^a marcou e fazem com que os alunos possam chegar ao fim do ano com aproveitamento. Mas isso não significa que V. Ex.^a possa continuar a aceitar que não

se faça formação e não tome as medidas necessárias para que esses que já tenham condições para serem óptimos professores, adquiram o resto da habilitação que lhes falta para que possam ser mais e melhores professores.

Lamento que V. Ex.^a tenha procurado deturpar as minhas palavras, coisa que nunca fiz das suas e procurarei nunca fazer, mesmo que V. Ex.^a seja como é, sócio da FRENPROF e a sua esposa também, tal como eu que me honro muito em ser dirigente dessa federação.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Para dar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu fiquei realmente decepcionado quando se dirigiu à intervenção que eu tinha feito. Eu julgava que V. Ex.^a ia falar sobre a droga e sobre a tóxico-dependência nas escolas, mas não falou.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Foi falado.

O Orador: Foi falado por um colega meu desta Casa, não por um responsável do Governo Regional.

Mas já agora eu fiquei com uma certa dúvida, sem saber qual a interpretação que o Governo quer dar agora a esta situação?

Agora é que eu fiquei com mais preocupações.

Então o Sr. Secretário quer dizer que nas ilhas que não são cidades, que não têm os antigos liceus, não há condições para se ter o 10^o e o 11^o anos.

S. Jorge vai formar indivíduos quando abrir neste ano lectivo com o 10^o e 11^o sem qualidades?

Vai formar alunos que depois não têm capacidades para o 12^o ano?

Isto é se bem percebi aquilo que V. Ex.^a quis dizer.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Não percebeu!

O Orador: Se não é, então é o contrário.

Ainda lhe pergunto mais Sr. Secretário: se nas ilhas que não têm essas capacidades de conter condições para receber os professores com muitas qualificações de ensino,

então as outras ilhas têm capacidade para receber todos os alunos do Pico, S. Jorge e das Flores?

Então a macro-cefalia ainda é maior?

Isso é que eu queria que fosse esbatido com o advento da autonomia e da própria democracia, porque isso já existia antes. Os três liceus nacionais já existiam antes.

Quando se começou devagarinho numa ilha como o Pico, com alguns professores tirando um bocadinho do seu descanso à noite a ensinar indivíduos como eu, no 1º e 2º anos para irem fazer no 2º ano ou no 5º ano ao Faial os exames de admissão ao liceu e depois os exames do 1º e do 2º ciclo?

Vamos voltar a isso outra vez?! Porque nessa altura, felizmente eram reconhecidos os esforços destes professores em como os alunos que vinham do Pico tinham qualidade.

Se agora não têm qualidade a culpa não pode ser de quem mora naquelas ilhas. A culpa não pode ser de alguém que por acaso pode lá estar bem ou não. A culpa está no sistema e também muitas vezes pode estar na má vontade dos docentes na universidade e sobre isso também não tenho dúvidas, porque isso acontece muitas vezes.

Há alunos que chegam lá e os outros dizem: "Ele não é conhecido! Eu nunca te vi! Onde é que tens andado?".

Por outro lado, toda aquela carga emocional que a criança recebe a partir dos 15 anos essa não tem preço, Sr. Secretário!

Uma família **não tem preço!**

É só sofrer aquilo que nós sofremos durante um ano inteiro, até a própria chamada telefónica, Sr. Secretário!

É só fazer as contas dos que moram nas ilhas que não estão dentro daquele circuito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Gil Ávila para um esclarecimento.

Deputado Manuel Gil Ávila (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

Eu concordo plenamente com o que o Sr. Secretário da Educação e Cultura frisou aqui, ao dizer que as escolas - e eu acrescento - os políticos responsáveis nestas

ilhas, devem ter muito cuidado quando exigem, de qualquer forma, o ensino além do 9º ano para essas mesmas ilhas.

S. Jorge não vai ter esse problema graças a Deus e àqueles que lutaram por isso.

Nós, desde o princípio, dissemos que queríamos o 10º ano quando houvesse qualidade nos docentes que para lá fossem.

Neste momento, garanto-lhe que não temos nenhum professor a leccionar o 10º ano que não tenha habilitação própria para isso.

Foi uma luta que travámos de há anos, mas que conseguimos.

Por isso, eu entendo que também da parte de todos os responsáveis nossos desta bancada, mas também vossos dessa bancada, devem fazer o mesmo que nós fizemos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu queria dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que eu também tenho plena consciência da importância da pré e é por isso mesmo que mais de 90% das freguesias desta Região, a têm neste momento.

É por isso que no início deste ano lectivo mais de 6000 alunos estão matriculados na pré.

Há áreas que não estão cobertas, mas também é preciso dizer-se que nós tivemos que ultimamente suspender prés e escolas do primeiro ciclo por falta de alunos, por não terem o número suficiente para continuarem a funcionar.

O nosso problema nessa área não é um problema de falta de mão-de-obra. Como sabe temos educadores em excesso.

O nosso problema nalguns casos é falta de alunos em número suficiente para, em determinadas localidades, termos a funcionar mais prés.

Agora que é importantíssimo com certeza que estamos plenamente de acordo em relação a essa situação.

Eu aproveitava para dizer ao Sr. Deputado Rui Pedro Ávila que estive aqui tão veementemente a defender a família e a posição que assumiu em relação ao debate que aqui trouxe, em nada se afastou daquilo que eu também disse, porque também

efectivamente frisei bem que compreendo os problemas que estão subjacentes a essa separação num nível etário tão complicado.

Agora o Sr. Deputado tem que também dar-me razão, no quanto eu devo preocupar-me com uma coisa que se chama **qualidade**.

O Sr. Deputado de S. Jorge acabou aqui de dizer algo que corresponde à verdade.

S. Jorge levou muito tempo para conseguir avançar com o complementar, mas fê-lo este ano com um leque de professores apreciado, um facto que é comprovado e nós temos muita esperança na forma como as coisas estão a decorrer.

Não estou a passar nenhum atestado de menoridade a outras escolas ou a outras ilhas.

Eu estou a dizer é que todas as considerações e avisos que eu fiz ao longo dos tempos têm razão de ser.

E se nalguns anos e nalguns casos se avançou com menos condições, os resultados estão à vista, porque é depois a mim que chegam os pedidos da Antero Quental, da Domingos Rebelo, da Escola Emiliano de Andrade, compensações educativas de apoios pedagógicos acrescidos dizendo que não se sabe bem o que é que hão-de fazer com alunos que vêm desta ou daquela área, desta ou daquela ilha.

Portanto, quando se diz cautela... cuidado não estamos a pôr em questão o profissionalismo, o empenho dos profissionais que estão a procurar fazer o seu melhor.

Presidente: o Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: Não queremos que se dê passos indevidos numa área onde não se pode falhar.

É preciso ter a qualidade como tónica principal em tudo isto.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

No âmbito das comemorações do Centenário da Autonomia esta Assembleia promoveu na Região um colóquio da iniciativa da Universidade Católica sobre a problemática constitucional das Regiões Autónomas.

A par da competência técnica dos diversos intervenientes que conferiu ao colóquio uma reconhecida qualidade, ele primou pela actualidade e oportunidade do tema em debate.

Com efeito, vive-se um período de alguma instabilidade e até insegurança relacionados com o poder legislativo regional, da necessidade do seu reforço face à dominante jurisprudência do Tribunal Constitucional.

O regime autonómico só foi possível, tal como se encontra constitucionalmente consagrado, na sequência da democratização do país e do movimento de reivindicação que então se vivia como consequência da Revolução de Abril.

A autonomia política implica uma participação activa no exercício de alguns poderes do Estado traduzida em actos que são em princípio de prática exclusiva dos órgãos de soberania, dos quais se destacam, pela sua relevância e significado, os que correspondem à função legislativa.

É, aliás, a existência de um poder legislativo que caracteriza a autonomia política e a distingue da mera autonomia administrativa.

A autonomia legislativa regional manifesta-se através de actos de competência própria e da participação na função legislativa do Estado, sendo o interesse específico o fundamento e cerne da competência legislativa.

Tendo por base esta problemática e num período em que o poder central, talvez imbuído dum espírito cada vez mais preocupantemente centralizador, se vem mostrando mais avesso a ceder a pretensões de natureza institucional, que teve relevância e impacto, pela ressonância nacional das figuras intervenientes, algumas posições manifestadas e afirmações proferidas nesse colóquio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O colóquio foi suficientemente esclarecedor relativamente à preocupação manifestada por diversos agentes políticos quanto à jurisprudência restritiva do Tribunal Constitucional referente aos poderes legislativos atribuídos à Região.

Quando se afirma, como fez o Prof. Rui Machete que as decisões do Tribunal Constitucional dependem muito do turno dos juízes a quem é distribuído o processo, reconhece-se expressamente que os Acórdãos proferidos por vezes não se baseiam tão só em critérios estritamente jurídico-constitucionais, mas também em orientações

e princípios que não se afastam muito da filosofia política dos julgadores, quantas vezes subjacentes e condicionantes da sua própria escolha para o exercício dessas funções, conforme se infere do modo da sua composição e designação.

Quando se afirma, como o fez o Prof. Jorge Miranda nesse colóquio e numa Conferência no Campus Universitário de Angra do Heroísmo, que o Tribunal Constitucional encontrou contra a letra e o espírito da Constituição um novo limite à autonomia que é a consideração de certas matérias como tendo natureza ou carácter nacional ou como devendo ter tratamento a nível nacional, que conduzirá, a ser levado até ao fim, à atrofia completa da autonomia regional, está-se a reconhecer expressamente a preocupante jurisprudência restritiva do Tribunal Constitucional quanto aos poderes legislativos atribuídos à Região.

Quando se defende, como o fez entre os outros o mesmo conceituado constitucionalista, a consagração constitucional de um núcleo de matérias de interesse específico, um núcleo não taxativo mas exemplificativo de matérias em que as regiões autónomas poderiam legislar sem estarem dependentes de alguns juízos mais cautelosos da justiça constitucional, e esta tese, apesar da idoneidade e habitual ressonância e influência que têm as suas posições nas soluções adoptadas, até agora, pelo menos aparentemente, não mereceu acolhimento, indicia que é fundado o nosso receio de que o Estado Português, talvez porque a autonomia política - que implica a existência de um corpo legislativo - não possui tradição no direito positivo português, vem demonstrando uma cada vez menor compreensão pelas autonomias regionais, num espírito centralizador que sempre o caracterizou no passado.

É neste quadro actual, nada animador diga-se, que, ultrapassando as barreiras partidárias, urge unir esforços no sentido de contrariar esse espírito centralizador e essa restritiva jurisprudência, na perspectiva duma definição clara e inequívoca dos poderes legislativos atribuídos à Região e do seu necessário reforço de molde a dignificar as funções deste Parlamento.

Foi por isso também oportuna a presença entre nós duma Delegação de Deputados à Assembleia da República, na medida em que, mais do que saber como nasceu a figura do Ministro da República, tiveram a oportunidade de conhecer "in loco" as nossas especificidades e consciencializar-se, por via disso, da imperiosa necessidade

do reforço dos nossos poderes legislativos, indispensável à dignificação da autonomia política constitucionalmente reconhecida aos Açores e à Madeira.

Espera-se que esta visita produza os seus frutos não só na necessidade de, em sede de revisão constitucional, se definir, clarificar e reforçar a competência legislativa da Região, como também na sensibilização junto dos departamentos competentes para a incompreensível inoperacionalidade na resolução de gritantes problemas cuja solução é da competência da Administração Central.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No entanto, a dignificação das funções deste Parlamento passa também pela necessária preocupação e cuidado na elaboração dos diplomas, de forma a evitar a declaração da ilegalidade das normas aprovadas ou da sua constitucionalidade, no sentido de não contrariar a jurisprudência dominante.

Mas essa preocupação que deve ser uma constante não pode nem deve ser confundida com apostura a ter na análise de diplomas que versem matéria que, quanto à sua substância, possa ser questionada - porque duvidosa - a competência deste Parlamento.

De facto, e utilizando a expressão dum Sr. Deputado de um partido da oposição "há que responsabilmente pisar o risco, ultrapassar até a fronteira para termos algum controlo sobre essa fronteira" (SIC) e não uma postura de, em situações de fundadas dúvidas, optarmos pela segura e cómoda posição da renúncia pura e simples do exercício das prerrogativas e poderes deste Parlamento.

No quadro actual se se opta por essa postura defensiva estaremos necessariamente condenados a legislar sobre questões meramente organizatórias, isto é, relacionadas com a organização dos serviços, mas sem qualquer criação legislativa em termos de conteúdo e de substância, que é no fundo a essência e razão de ser da nobre função de legislar.

Admitimos que estas razões, mas não só estas, diga-se, podem contribuir na opinião pública para um certo divórcio entre o Parlamento e a sociedade, na medida em que estas muitas vezes se questionam da utilidade e eficácia da sua acção.

Este juízo de valor que a sociedade normalmente faz sobre qualquer Parlamento - e a prová-lo está o facto das sondagens sobre os diversos órgãos de soberania

apresentarem sistematicamente resultados menos positivos para a imagem dos Parlamentos - resulta muitas vezes numa atitude e pensamento imediatistas da sociedade que não vê nem pode ver um benefício directo e imediato do exercício da actividade legislativa, pelo que é muitas vezes levada a raciocinar simplisticamente em termos de custo/utilidade.

É, por isso, a meu ver importante e necessário uma acção pedagógica a desenvolver, nomeadamente nas escolas sobre a importância de que se reveste um Parlamento num regime democrático, quais as suas funções e competências e o reflexo da sua acção/organização numa sociedade.

A par desta função pedagógica é igualmente importante uma maior abertura à sociedade, nomeadamente através duma maior e melhor divulgação da acção deste Parlamento e, hipoteticamente repensando-se sobre o modo e regras do seu funcionamento.

Estas questões, sucintamente enunciadas, merecem, na minha perspectiva, um amplo e despreconceituado debate, uma vez que um dos pilares de qualquer democracia reside na garantia de que a sociedade se reveja permanentemente no Parlamento que elegeu.

Disse.

(Aplausos do PSD, do Governo e dos Deputados socialistas Rui Pedro Ávila e Fernando Lopes).

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Numa Região insular em que muitas das ilhas têm a via aérea como única possibilidade de circulação de pessoas, toda e qualquer anomalia nessas ligações são passíveis de provocar consequências negativas graves, tanto no desenvolvimento económico, como no próprio sentir e reagir dos seus habitantes. Todos sabemos que muitas das nossas Ilhas estão nestas condições.

A anomalia, levada a efeito pela SATA no dia 9 do corrente mês, se não fosse os prejuízos causados, seria caricata.

Nesse dia, estavam programados voos da Terceira e do Faial para as Flores e regressos, com a utilização do avião Dornier. Esses aviões não utilizaram pessoal de cabine, o qual por estar em greve paralisou os ATP.

Apesar do tempo estar bom e do avião estar operacional, os voos foram cancelados, porque a SATA desviou o Dornier para as linhas ATP - repito - paralisados devido à greve e, ainda mais grave, uma boa parte da capacidade do avião Dornier foi utilizada por Membros do Governo e participantes em iniciativas governamentais!!!

Esta injustiça praticada aos florentinos e aos utilizadores das carreiras de e para as Flores, revelam um total desrespeito e falta de sensibilidade pelos problemas das ilhas mais pequenas e afastadas e é prova concludente do modo como o Governo Regional tem em pouca atenção estas ilhas.

No entanto, as anomalias nas ligações aéreas não se ficam por aqui. Depois da SATA, na sua programação inicial de Inverno, ter deixado as Flores sem ligação esses vários dias da semana, na programação que presentemente se conhece, para além da não existência de voos aos sábados e domingos, há dois dias da semana (segunda e quarta) que os voos para as Flores só abrem três dias antes de se realizarem, para proteger os passageiros do Corvo. Aceitamos que se dê protecção aos passageiros do Corvo, mas escolher logo a segunda-feira, dia em que há procura que não pode satisfazer-se com confirmações apenas à sexta-feira, revela no mínimo a falta de bom senso. Mas numa Região onde a sociedade se deve orientar por princípios iguais, é contrasenso que os voos que saem para as Flores de S. Miguel via Terceira e Horta e da Terceira, via Horta, também não exista critério semelhante ao voo que sai da Horta para as Flores, via Corvo. Mas embora fosse justo, nem a SATA nem o Governo Regional, o fazem, porque quando se trata das chamadas "ilhas grandes", aí, o critério é diferente.

Outro exemplo elucidativo é o que se verifica com as ligações de Lisboa para os Açores.

Para S. Miguel há ligações diárias mesmo no Inverno, o mesmo acontecendo com a Terceira e a Horta, com a utilização da SATA e a passagem é a de "residente", mas

se o passageiro se dirige para as Flores e o voo faz Horta-Corvo-Flores, o passageiro terá de pagar além da passagem de residente, o percurso Horta-Flores; isto acontecerá no horário de Inverno às quartas-feiras.

Mas mais ridículo ainda, é o facto do passageiro estar impedido de fazer Lisboa-Horta à quarta e seguir na manhã seguinte para as Flores, embora permaneça menos de 24 horas na Horta, tempo máximo exigido de permanência, nesse caso, o passageiro se quiser pagar a passagem de residente é obrigado a sair de Lisboa na madrugada de quinta-feira, porque esse voo lhe dá ligação.

Com todas estas anomalias e tratando-se de empresas públicas - a TAP, Empresa Pública Nacional e a SATA, Empresa Pública Regional - como podemos acreditar que o Governo Regional pense de igual modo em todas as ilhas!

Não podemos acreditar porque essa não é a realidade.

A qualidade de vida nas ilhas grandes, apesar de fraca, é substancialmente melhor do que aquela que existe nas ilhas pequenas e muito do que poderia melhorar é da responsabilidade total e absoluta do Governo Regional, neste caso concreto, através da empresa pública que tutela - a SATA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outra questão de transporte aéreo que merece a atenção e o debate desta Assembleia diz respeito às ligações aéreas Açores-Boston.

Não é aceitável que, alterando-se a natureza dos voos da TAP para Boston de carreira regular, para "Charter" que opera com intervenção da SATA, se procure alterar também os aeroportos de partida e chegada aos Açores.

Toda a política aérea que vise reduzir o número dos aeroportos de entrada e saída da Região, seja para o continente, seja para outros destinos onde existem comunidades açorianas, significa que estamos a andar para trás no tempo.

No caso dos voos de Boston é bom lembrar que se é verdade que há muitos emigrantes de S. Miguel e St.^a Maria, é também verdade que são muito numerosos os emigrantes da Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo.

Por esta razão tais voos, mesmo com natureza de "charter" devem ter como destino e origem nos Açores os Aeroportos de Ponta Delgada e Lajes.

O PS fez entrar uma Proposta de Resolução sobre esta matéria, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

O interesse regional determina, a nosso ver, que este assunto seja discutido nesta sessão, pelo que esperamos que todos os partidos tenham a coragem de o fazer.

Continuaremos sempre a levantar estas questões, com a orientação fundamental de contribuir para que a política aérea sirva todos os açorianos e não apenas interesses mesquinhos e obscuros, que nada têm a ver com a unidade e progresso da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por falta de tempo, não tive a oportunidade de apresentar uma parte da intervenção que ontem tinha preparado.

No entanto, entendo que ela continua oportuna e daí apresentá-la hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto decorrem as manobras políticas que visam por via da Constituição da República Portuguesa enfraquecer a democracia no nosso país, assiste-se a um crescimento da tendência governamental de instaurar o autoritarismo e a intimidação, nomeadamente por via de actuações das polícias e dos serviços de segurança.

Tal tendência derivada de certamente de estilos adoptados e de orientações estabelecidas, chegou também a esta Região Autónoma e foi demonstrada no condenável comportamento policial verificado nas freguesias das Capelas, no passado dia 17.

O PCP/Açores manifesta nesta tribuna a sua solidariedade para com os cidadãos que viram a sua liberdade e dignidade ilegalmente feridas. Apoia a moção sobre a matéria aprovada pela Assembleia Municipal de Ponta Delgada e manifesta total compreensão pela posição assumida pela Assembleia de Freguesia das Capelas.

O PCP/Açores apela ainda no sentido de que este caso lamentável não caia no esquecimento fácil e afirma com toda a clareza ser necessário uma reparação judicial aos cidadãos vítimas da injustificada brutalidade de uma força policial e ser necessária mais do que tudo uma clara posição de todas as entidades públicas na Região Autónoma, recusando estes métodos que nada têm a ver com a democracia.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto que me traz aqui a esta tribuna é referente ao trânsito de gado na via pública.

A actual situação relativa à legislação sobre a movimentação do gado nas estradas, resultante das obrigações decorrentes da aplicação do código da estrada, cria inúmeros problemas tanto aos lavradores como às autoridades responsáveis pela fiscalização e cumprimento da lei.

Para o gado bovino transitar na via pública é necessário por lei que a cada 60 cabeças exista um portador de gado, por exemplo, uma manada de 60 animais - e quando digo uma manada de 60 animais, significa os diferentes estados etários - implica, logicamente 10 portadores de gado. Tínhamos a plena consciência que esta situação não era tomada à letra nem pelos lavradores nem pelas autoridades, mas infelizmente e pelos últimos acontecimentos - principalmente nas Ilhas de S. Miguel e Terceira, mas principalmente em S. Miguel - as autoridades têm levado à letra todo o cumprimento da lei.

Para alguns agricultores levanta-se o problema da perseguição e da vingança dos últimos acontecimentos. Basta ver que, às vezes, a dignidade do rendimento dos agricultores perante uma multa, por vezes, põe em causa muitos dias das suas receitas, para não falar nos seus lucros quase existentes.

A razão é simples: os lavradores não podem, e as autoridades na maioria dos casos, não se sentem à vontade para cumprir uma legislação que não tem em conta a realidade regional.

Sr. Presidente, poucos Srs. Deputados aqui presentes e mesmo poucos Membros do Governo aqui existentes:

Este problema suscita algumas perguntas que deverão ser consideradas e seriamente analisadas, de modo a que se produza legislação adequada à realidade regional facilitando a vida a todos os intervenientes; lavradores, autoridades e todos **utentes da estrada.**

1.º - Como pode um lavrador evitar fazer a mudança do seu gado sabido que é, que a sua exploração está repartida em média por cinco a seis parcelas?

2.º - Como pode um lavrador evitar de transitar entre estas parcelas, as mais das vezes separadas de alguns quilómetros e às vezes até em freguesias diferentes, se entre elas não existem, muitas vezes, caminhos rurais?

3.º - Como pode ser fornecida, sobretudo nos períodos estivais, a água à manada a pastar em alguns prédios rústicos cujo acesso não permite a movimentação dos autotanques? - Aqui já não falo na falta de infraestruturas, porque já lá devia estar a água. Ainda que tal movimentação fosse possível, o que fariam aqueles cuja dimensão da lavoura não comportasse tal máquina e tal capacidade de tracção?

Uma vez mais os agricultores são obrigados a transportar o seu gado e não as máquinas a irem ao encontro das respectivas manadas.

Os problemas de acesso que se colocam para a movimentação dos autotanques estendem-se igualmente à movimentação das ordenhas móveis. Uma vez mais os animais têm que se deslocar ao encontro das ordenhas, porque a falta de caminhos em condições evita que as mesmas possam ir junto dos animais.

4.º - Como resolveriam a situação os produtores que optaram por instalações de ordenha fixa?

Todas estas perguntas que agora me ocorrem, outras haveria se uma ampla discussão sobre o assunto fosse promovida, são colocadas numa Região com características bem próprias e diferentes da maioria das zonas do Continente e Europa Comunitária. Assim, é sabido que o tipo de manejo usado nos Açores, origina que o tempo gasto em movimentações na exploração e desta para os postos de recolha de leite seja bastante elevado, desta situação em que são já os principais prejudicados têm os lavradores consciência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A estrutura fundiária bastante pulverizada que caracteriza todas as empresas agropecuárias é uma característica marcante da nossa paisagem rural.

A inexistência de infraestruturas de apoio à produção é uma triste realidade que penaliza a lavoura e talvez aqui esteja o ponto fulcral da situação.

A característica essencialmente familiar das lavouras da Região, com poucos ou nenhuns empregados assalariados, não é novidade para ninguém.

Como suportar o exemplo anterior de 10 portadores para o transporte de uma manada de 60 animais?

No entanto, com este panorama, como se pode obrigar os lavradores a cumprir rigorosamente a lei, e obrigar a existência de um portador por cada seis cabeças movimentadas na via pública?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As questões que foram colocadas, afectando um sector com as debilidades que acabámos de mencionar, só podem motivar as entidades responsáveis na procura de uma solução que tenha em consideração estes aspectos, produzindo com flexibilidade legislação que vá de encontro às nossas realidades e não uma mera cópia de legislação produzida para outros meios e com outros fins.

Como tal, proponho que este assunto seja discutido em Sede de Comissão especializada pelos Deputados de todos os partidos, porque os agricultores elegeram muitos dos Deputados que cá estão e acreditaram que este assunto fosse discutido e resolvido.

Tenho dito.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Valadão pede a palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Valadão (PSD): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel António:

Eu intervenho como membro do Grupo Parlamentar do PSD, na medida em que o Sr. Deputado procura sempre dar a ideia e criar a imagem de que é o único e exclusivo deputado que cumpre.

Eu não lhe reconheço autoridade quando o Sr. Deputado vem aqui fazer referência aos poucos deputados aqui presentes, porque primeiro não corresponde à realidade.

O Sr. Deputado quando estava aqui a intervir, o PSD tinha 26 ou 28 deputados presentes.

O Sr. Deputado meça as palavras!

Por outro lado, tenho que dizer aqui que lhe não reconheço idoneidade moral para chamar a atenção para essas questões, quando o Sr. Deputado está aqui única e exclusivamente pelo dinheiro que ganha!

Presidente: O Sr. Deputado Manuel António Martins pede a palavra com que finalidade?

Deputado Manuel António Martins (Ind.): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel António Martins (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados e neste caso Sr. Deputado Jorge Valadão:

Evidentemente que eu não me vou alongar, no entanto e o futuro o dirá, o papel que eu vou procurar desenvolver nesta Casa até ao fim do meu mandato será sem ambições de carreirismo político e por isso às vezes sujeitar-me-ei a certas verdades ou mentiras que temos que aceitar devido à ambição do carreirismo político.

Como tal, estou despido dessa ambição e estou à vontade para dizer aquilo que penso e que às vezes muitos não dizem embora o pensem.

Se é verdade que disse isso, também não é menos verdade que estou aqui para procurar dignificar esta Casa.

Se às vezes as minhas declarações são mal interpretadas ou intencionadas, o meu intuito é procurar a dignificação - penso como todos - desta Casa, não só aqui dentro como lá fora.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel António Martins:

Eu segui com atenção a sua intervenção e penso que o Sr. tem razão na abordagem que faz ao problema.

À primeira vista, e com alguma experiência de estrada que também tenho, eu tenho reparado exactamente nesse problema da condução de gado pelas estradas, pelo menos na Ilha de S. Miguel e quando é usual atravessar uma zona onde há intensa exploração de gado.

Realmente, muitas vezes tem acontecido isso que V. Ex.^a acabou de referir: que a lei não é cumprida, que considera exagerado um condutor de gado para seis cabeças e até sugeriu aqui, e quanto a mim muito bem, que isto fosse objecto de uma análise em Comissão especializada para que se adaptasse essa legislação à nossa realidade insular.

O esclarecimento que eu queria pedir ao Sr. Deputado é o seguinte:

Em sua opinião e, enfim, na opinião do organismo que aqui representa que com certeza não pode dissociar a sua qualidade de deputado com a sua qualidade de Presidente da Associação Agrícola, queria perguntar se está pensando a curto e a médio prazo fazer chegar a quem de direito alguma sugestão para resolver este problema?

E, na sua opinião, qual seria o número ideal para a Região Autónoma para que houvesse um condutor para "x" cabeças de gado?

É que este problema está relacionado não só com a dificuldade do trânsito, como também com algumas dificuldades financeiras de muitos lavradores, porque conheço pessoalmente alguns criadores de gado que muitas vezes violam a lei, porque não podem pagar o dia a pessoas que apenas servem para conduzir o gado na estrada.

Portanto, o meu pedido de esclarecimento era exactamente este, ou seja, na sua opinião como é que isso poderia ter sido resolvido?

Qual o número de condutores para o número de cabeças de gado?

E se o organismo que representa, tem em mente desenvolver algumas diligências nesse sentido?

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Mas queria realçar perante esta Câmara que a questão que V. Ex.^a trouxe aqui à Assembleia na sua intervenção, tem toda a oportunidade.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Evidentemente que de maneira nenhuma posso dissociar o cargo que ocupo de deputado com o de Director da Associação Agrícola de S. Miguel.

Evidentemente que a mesma irá fazer seguir os seus trâmites legais e o que é que pensa em relação a este assunto.

A nossa preocupação é o problema do rendimento do agricultor que às vezes, e infelizmente como eu disse, atendendo aos últimos acontecimentos, há neste momento uma certa perseguição à lavoura de S. Miguel.

Basta ver que às vezes uma multa é tão significativa como alguns dias de receita destas mesmas empresas, o que está a causar algum dissabor na lavoura de S. Miguel.

E quando digo e ali referi "manadas", não significa só vacas leiteiras.

O transporte de manadas na via pública, devido aos condicionalismos apresentados, está desde a vitela/novilho e portanto, o que não é fácil transportar manadas na ordem dos 40 a 60.

Isto obrigaria por lei, cerca de 10 pessoas o que, logicamente talvez fizesse logo uma semana de receitas de empresas que fossem por água a baixo.

A nossa preocupação, quer a minha como Deputado e da nossa Associação Agrícola, é o problema do rendimento do agricultor e mesmo a sua dignidade e neste caso a criação de um Decreto-Lei que para ser cumprido fosse também respeitado por todos os utentes da estradas. Nós sabemos que tem havido muitos acidentes e por isso tem que haver uma conciliação entre estes dois aspectos, ou seja, os utentes da estrada e o problema do agricultor.

Nós pensamos que a circulação tem que ser feita de maneira que à frente, alguém tem que avisar que vem uma manada, uma pré-sinalização. E no fim tem que haver alguém a dizer que acabou essa movimentação, bem como no meio alguém a ajudar essa deslocação da manada ou mais alguém a ajudar a deslocação para conciliar o que nós sabemos que existe, isto é, o problema dos utentes da estrada e a deslocação das manadas.

Portanto, estou aflorando aqui superficialmente este aspecto, porque depois a organização que eu represento irá, em profundidade, apresentar um serviço dita Comissão que depois se proporá tratar do mesmo assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel António:

Em primeiro lugar e à margem do esclarecimento que vou pedir, penso que V. Ex.^a foi infeliz quando se referiu à ausência de Deputados desta Câmara na altura em que estava intervindo.

É provável que pensasse que tivesse isso por aí, mas na realidade desta vez isso não aconteceu e diga-se de passagem - e eu estou de acordo que é necessário todos nós contribuirmos para valorizar o trabalho do nosso Parlamento - que felizmente no nosso Parlamento quando fazemos as nossas intervenções, a Casa, normalmente, está composta da parte dos deputados, para não dizer que a nossa regra geral é estarmos presentes.

Lamentavelmente, isso muitas vezes não acontece com o Governo, mas pensamos que seria importante que em todas as intervenções participasse ou houvesse a participação na totalidade e na globalidade do Governo.

Diga-se de passagem que também um dos modos de funcionamento desta Assembleia - e penso que é importante todos nós estarmos atentos a ela - é a nossa própria participação nas Comissões que também reputamos de muito importante.

Em relação à matéria que V. Ex.^a aqui traz, pensamos que é uma matéria importante e por isso deve ser vista no Plenário e nas Comissões.

No entanto eu penso que a importância dela só poderá ser discutida quando aparecer, julgo eu, uma ante-proposta de lei para alterações à aplicação do Código de Estrada em determinadas estradas da Região Autónoma dos Açores. Penso que esta, salvo melhor parecer, é a possibilidade de nós todos termos que discutir.

Eu penso que temos que aguardar que V. Ex.^a, ou qualquer um de nós, apresente uma ante-proposta de lei para nós debatermo-la no sentido de que determinados aspectos do Código de Estrada venham a ser aplicados de maneira diferente à nossa Região ou a determinadas vias.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente pede a palavra com que finalidade?

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A razão do meu protesto é relativamente à questão que o Sr. Deputado Paulo Valadão referiu quanto à ausência do Governo nesta Assembleia.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Às vezes!

O Orador: Eu quero dizer muito claramente que o Governo sempre tem estado, nesta V Legislatura, representado nesta Assembleia nos momentos em que tem direito de usar a palavra.

O Governo tem estado sempre, excepto num dia, no dia 29 de Junho de 1993 que por razões várias, nenhum dos Membros do Governo pôde aqui estar presente. De resto, o Governo sempre esteve presente aqui nas alturas em que pode usar da palavra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para um contra-protesto.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O critério do Governo é o critério do Governo e eu evidentemente não posso estar de modo nenhum de acordo com ele.

Diz o Sr. Secretário Regional que o Governo está sempre presente quando pode intervir. Está presente um representante do Governo normalmente.

Por outro lado, tem estado perfeitamente verificado e todos nós temos verificado que, normalmente esse Membro do Governo não tem tido as condições de responder pelo Governo. Essa é a triste realidade.

Porque se o pudesse fazer, fazia-o sempre que nós pomos problemas em relação a todas as anomalias praticadas e da responsabilidade deste Governo Regional.

Se esse membro do Governo tivesse essas responsabilidades e tivesse capacidade para o fazer, fá-lo-ia. Mas não o tem feito, como aliás temos verificado hoje durante várias intervenções.

Aliás, ainda há pouco, acabei de referir e apontar o facto de uma anomalia gravíssima que V. Ex.^{as} cometeram - a empresa que V. Ex.s tutelam cometeu - em relação ao transporte dos passageiros para a Ilha das Flores aquando da greve...

(Aparte inaudível do Dep. Jorge Cabral)

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral está a falar porque foi um dos que utilizou o avião Dornier que deveria ter ido para as Flores e que em vez de ir para as Flores foi levar V. Ex.^a a uma iniciativa do Governo Regional à Terceira.

Essa é a realidade Sr. Deputado, por isso o Sr. está dessa maneira!

Se o Governo Regional - ou se o membro do Governo Regional - tivesse condições para representar o Governo, fá-lo-ia nas devidas condições. Infelizmente, não o faz e isso é reconhecido inclusivamente por pessoas da bancada do PSD que o tem dito para a comunicação social.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Os membros do Governo falam quando entenderem!

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para prestar um simples esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Eu quando faço uma reserva, quando levanto um bilhete, quando entro para um avião - que por razões mais que óbvias não têm nada a ver de onde é que o avião veio, para onde vai - só o que me interessa é se os motores estão a trabalhar bem.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Valadão, rejeito completamente a sua insinuação, porque foi desajustada, irrelevante, demagógica, porque não fazia a mínima ideia se o dito cujo avião - que até é pequenino e para o qual eu tenho algum receio em subir aquelas escadinhas, porque sinto-me completamente abandonado lá dentro, sem simpatia de uma hospedeira, sem um alento de um piloto conhecido - ia para as Flores.

Portanto, Sr. Deputado Paulo Valadão, se quiser brincar com essas coisas brinque em terra. No ar, nem pensar nisso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Jorge Cabral acaba de confirmar aquilo que eu disse.

No dia 9 de Setembro, V. Ex.^a deveria ter tomado o avião ATP para o seu destino. Em vez disso, tomou o avião Dornier que o seu Governo retirou da linha que deveria ter efectuado, para ir levar V. Ex.^a ao seu destino.

Esta é a realidade.

Está confirmado "preto no branco".

Aliás, a reacção de V. Ex.^a é pura e simplesmente por esse facto.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, é só para dizer ao Sr. Deputado Paulo Valadão que ele é... um chato!

Muito obrigado.

(Risos do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Jorge Cabral, tendo em conta o contexto em que essa frase é proferida eu não posso, no entanto, deixar de maneira nenhuma de chamar a atenção do Sr. Deputado para a necessidade de nos dirigirmos uns aos outros com o maior respeito e a maior reverência sob pena de estarmos nós próprios, a condenarmo-nos perante os nossos concidadãos.

O Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas pede a palavra com que finalidade?

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Jaime Medeiros): Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas (Jaime Medeiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de esclarecer o Sr. Deputado Paulo Valadão no seguinte:

Não foi o Governo que fez alteração nos horários da SATA, foi a Administração da SATA que os alterou.

Não foi a SATA que provocou a anomalia no dia da greve, foi o Sindicato que representa 17 trabalhadores dos 500 e tantos que a empresa tem que decidiu convocar uma greve e realizá-la.

Deputado Carlos César (PS): E os outros 483 não funcionaram?!

O Orador: Os outros 483 não são representados por aquele Sindicato.

Deputado Carlos César (PS): Então ele representa **todos!**

O Orador: Ele não representa todos, eu julgo que são 17.

De qualquer maneira, queria dizer que num dia de greve, num dia anormal - digamos - que os horários não podem ser cumpridos à risca, assim como teve uma anomalia num dia anormal houve a prioridade de fazer sair os passageiros que tinham ligações com a TAP e tentar escoar o maior número deles.

É evidente que numa situação daquelas, numa situação de greve geral, conseguiu-se escoar 88% dos passageiros o que, de facto, causou algum "engulho" de algumas organizações e de algumas pessoas que estavam a contar que naquele dia não se voasse.

A intenção da SATA é que toda a gente tivesse chegado ao seu destino, mas pela razão que eu invoquei, não foi possível e houve que definir critérios que foram entendidos como os mais justos e os mais correctos.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu sou uma pessoa que a minha postura na vida é também uma postura de humildade quando cometo um erro.

Eu queria pedir desculpa à Câmara da expressão que usei para com o Sr. Deputado Paulo Valadão, mas se me permitem uma gracinha, da próxima vez dir-lhe-ei no corredor a sós.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para prestar um esclarecimento.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da minha parte, eu não levei a mal aquilo que o Sr. Deputado Jorge Cabral disse, na medida em que até é natural pela confiança que temos um com o outro.

É evidente que não pedi defesa da honra nem me vou referir àquilo que ele referiu.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Eu já pedi desculpa!

O Orador: Vou apenas referir-me à intervenção do Sr. Secretário Regional.

O Sr. Secretário diz que não foi o Governo que mandou.

A realidade todos nós a conhecemos, Sr. Secretário. Não vamos aqui procurar "enviar areia aos olhos uns dos outros".

Quanto à Administração da SATA sabemos para quem é e por quem é que ela responde.

Sabemos quem é que a nomeia e sabemos também que a SATA é uma empresa pública regional.

Apesar de estarmos na oposição, também sabemos como é que funcionam estas coisas tal como o Sr. Secretário sabe.

Em relação a essa matéria estamos conversados.

Deputado Rui Melo (PSD): O Sr. sabe muito!

O Orador: Por outro lado, o Sr. diz que os horários não puderam ser cumpridos.

No entanto, o avião Dornier não tinha nenhum pessoal dos tais que o Sr. refere que iriam estar em greve, porque não tem pessoal de cabine. Portanto, o avião Dornier não teve ninguém em greve.

Por outro lado, o Sr. diz que o critério foi estabelecer as ligações.

Eu agora quero perguntar ao Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral que ligação é que teve depois de ter chegado à Terceira?

Se ele tem a coragem de o dizer que o diga?

Eu quero perguntar ao Sr. Subsecretário da Comunicação Social que embarcou nesse avião, quando chegou à Terceira que ligação é que teve?

E pergunto também ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura quando chegou nesse mesmo avião à Terceira que ligação é que ele teve?

Se esses Srs. disserem que nesse dia tiveram alguma ligação para o exterior, eu tenho que lamentar o facto de eles dizerem coisas dessas perante a Câmara.

Se esses Srs. disserem que não utilizaram o avião, eu digo-lhes que não é verdade, porque fui eu que os vi embarcar nesse avião que deveria ter viajado para as Flores e em vez disso viajou para a Terceira.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: Eu quero dizer com isto que não foram as ligações as responsáveis.

Por outro lado, quero acrescentar que houve pessoas que tinham ligações e que estavam no aeroporto da Horta e não foram para a Terceira.

Também quero dizer que havia pessoas com ligações no aeroporto das Flores e não saíram nesse dia de lá e que perderam as suas ligações.

Isto tudo para dizer ao Sr. Secretário que aquilo que V. Ex.^a diz não corresponde à realidade.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Eu fiquei na Terceira, mas a minha mala foi para S. Miguel!

Presidente: Eu gostaria de lembrar que estas intervenções vêm a propósito de uma intervenção feita pelo Sr. Deputado Manuel António Martins sobre a condução de gado nas vias terrestres na nossa Região.

(risos da Câmara)

De qualquer forma, como o Sr. Deputado Paulo Valadão interpelou directamente alguns Srs. Membros do Governo, eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Cabral e ao Sr. Subsecretário Regional para dar o esclarecimento que foi pedido pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e depois gostaria que encerássemos este assunto para podermos prosseguir os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Uma coisa que V. Ex.^a já devia saber é que coragem não me falta para essas coisas. A coragem só me falta quando entro para um avião e ele começa a tremer.

Por acaso nesse dia, o passageiro em causa - fui eu e desconhecia que se ia num Dornier, num ATP, num Boeing, se num foguetão a jacto não sei para onde - ficou na Terceira, mas a sua mala foi para S. Miguel.

Era só esse esclarecimento que eu queria dar.

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo há pouco pediu a palavra, naturalmente a propósito da intervenção do Sr. Deputado Manuel António Martins?

Deputado Victor Evaristo (PSD): Era para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel António:

Eu já tinha pedido a palavra há tanto tempo, porque julguei que toda esta troca de diálogos que aqui houve, prendia-se com a intervenção do Sr. Deputado Manuel António.

Perante o que eu ouvi, eu quase que sugeria ao Sr. Deputado que começasse a transportar o gado na SATA...

(Risos da Câmara)

...porque já andamos lá por cima quando nós, efectivamente, estávamos a tratar de um assunto tão concreto como este.

O Sr. Deputado disse aqui uma coisa que todos nós sentimos, ou seja, o transporte de gado nas vias públicas. E disse também uma coisa que é verdade, ou seja, o novo código de estrada que vai entrar em vigor no dia 1 de Outubro e que está aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, prevê que cada seis cabeças de gado - quer seja bovino, cavalariço, molares, suíno, todas essas espécies de gado - tenham um condutor.

Mas aí há uma coisa que eu gostaria de alertar o Sr. Deputado e daí o meu esclarecimento. É que o artigo 99.º do novo código que vai entrar em vigor é um bocadinho mais apertado e regulamenta de maneira diferente o trânsito de animais - ou a sua condução se assim o preferir - em relação ao código anterior.

Porque não é só a questão que o Sr. Deputado põe de ser preciso um tratador para essas 6 cabeças de gado. É mais complicado.

Se o Sr. Deputado tiver a curiosidade de ler o artigo 99 ° do novo código da estrada, diz o seguinte:

"a) Haverá um condutor para as 6 cabeças de gado".

Se o Sr. ler depois o n ° 1, alínea d), diz-lhe isto:

" Os agrupamentos de animais não devem exceder 15 metros de comprimento e devem seguir separados entre si, pelo menos 50 metros"

E a alínea e) diz-lhe:

"O gado deve ser conduzido de maneira a ocupar apenas a via de trânsito mais à direita"

O Sr. Deputado sabe tão bem quanto eu qual o comprimento normal de uma vaca.

Ora, se o Sr. Deputado "agarrar" em 6 cabeças de vaca e puser uma ao lado da outra, porque não pode pôr mais do que isso, senão já não está a transitar com o gado na faixa direita - torna-a impeditiva de circulação - 2 vacas, mais 2, mais 2, dá-lhe as 6 vacas.

Tudo somado, não andarás muito longe dos 15 metros de comprimento - mais coisa menos coisa - partindo do princípio que as vacas não irão todas umas em cima das outras.

Eu só lhe estou a dizer isto, porque é muito complicado da maneira como aparece regulamentada conseguir-se dar a volta a isto e mais a mais com a parte final que eu lhe disse que é obrigado a circular à direita.

E ainda mais.

A alínea f) vem ainda dizer que a passagem de um agrupamento de gado por outro que transite em sentido oposto, deve fazer-se de uma maneira muito rápida.

(Risos do PSD)

Portanto, a coisa ainda se torna mais complicada.

E mais. Cada agrupamento só pode ocupar 15 metros da sua faixa. O outro agrupamento tem que estar 50 metros distanciado.

Vamos partir deste princípio: o Sr. Deputado tem 60 cabeças de gado para transportar e agrupa-as em 10 lotes de 10. Tem que deixar em relação a cada lote 50 metros de distância, isto está aqui claro.

Ora, torna-se extremamente difícil - não sei se me estou a fazer perceber, mesmo conseguindo dar aqui uma alteração - mesmo que tenhamos muito boa vontade em conseguir fugir ao que está aqui tão claro, o que não significa que não se possa fazer, mas é muito difícil.

Não basta só a sua leitura, - é só aqui que eu queria esclarecê-lo.

O Sr. Deputado com certeza através das suas estruturas jurídicas lá dessa direcção de serviços, fará o que quiser. Mas eu quero-lhe chamar a atenção para o facto de que não basta vir dizer aqui à Câmara que é preciso um tratador para 6 cabeças de gado e virmos aqui dizer "imagine para eu transportar 60, preciso de 10 tratadores" ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que procurasse terminar.

O Orador: Só queria esclarecê-lo que a coisa não se limita só ao pormenor de 1 tratador/6 cabeças.

Há outros considerandos legais que é preciso ter em atenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para prestar esclarecimentos.

Deputado Manuel António Martins (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Evaristo:

Evidentemente que o Sr. ainda vem reforçar mais a nossa preocupação de agricultores.

É que a lei está toda ela desfasada da nossa realidade.

Nós temos uma realidade regional e a culpa não é dos agricultores. E temos uma lei que foi feita e com certeza nenhum agricultor foi ouvido.

Há um distanciamento tão grande entre a lei e a nossa realidade que eu penso - e uma vez mais apelo ao bom senso, independentemente de ser eu apresentar com certeza a alteração numa proposta - que o assunto deve ser levado à Comissão especializada para ser discutido.

A realidade da lei está tão desfasada, tão distante da realidade regional e os agricultores são os menos culpados disso tudo e eles é que pagam esta factura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para mais esclarecimentos.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel António Martins:

Eu ouvi o Sr. com atenção mas não lhe posso dar razão. Eu lamento sinceramente.

A nossa realidade é esta. Há, efectivamente, muitas vacas nos Açores como há muitíssimas vacas, cavalos, burros, noutros lados.

A verdade é esta: o Sr. Deputado não pode partir do pressuposto errado de que as estradas são para transitar animais. Não são!

As estradas destinam-se ao trânsito de veículos - automóveis essencialmente.

Portanto, as estradas para nelas transitarem veículos, devem funcionar como excepção e o próprio novo código, vem logo dizer-lhe o seguinte:

"Não é permitida nas estradas a condução de animais agrupados sempre que hajam sido fixados outros itinerários em caminhos a utilizar para esse fim."

Cá está a excepção que confirma a regra.

Quer dizer, só é permitido transitar animais em estradas - e entenda-se devidamente acompanhados pelos tratadores nas circunstâncias em que eu lhe disse antes - quando, efectivamente não há alternativa.

Portanto, não podemos pôr como o Sr. Deputado quer.

Eu compreendo que queira ver a coisa assim, mas não podemos pôr dessa maneira, porque se nós nesta Câmara, tomarmos alguma iniciativa legislativa nesse sentido, não é com essa sua fundamentação que vamos lá por esta razão que eu lhe disse e espero que tenha percebido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins para mais esclarecimentos.

Deputado Manuel António Martins (Ind.): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Evaristo:

Eu penso e sei como cidadão que as estradas foram feitas para circular automóveis.

Se aparecem a circular vacas, a culpa não é dos agricultores é de quem foi responsável pela política agrícola da Região ao longo destes anos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No decorrer deste mês viveram-se acontecimentos que julgamos merecerem alguma reflexão por parte desta Assembleia o que em parte já aconteceu aqui hoje.

No dia 8 comemorou-se o Dia Internacional da Alfabetização; entre 15 e 20 reiniciaram-se a quase totalidade das aulas; a 20 a Senhora Ministra da Educação apresentava-se em "Prova Oral" ao País; de 22 a 25 realizou-se, em Angra do Heroísmo, promovido pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira, o colóquio subordinado ao tema "Uma Reflexão sobre Portugal".

Permitam-se-me algumas observações sobre estes eventos.

Falar de Alfabetização é pensar imediatamente em Analfabetismo. É verificar que Portugal se encontra no "Top", isto é, mantem-se como o parceiro comunitário com maior índice de analfabetismo legal. E, por mais inverosímil que pareça, o cidadão pode cumprir a lei, ou seja, frequentar a escola até aos 14 ou 15 anos, que, se não tiver aproveitamento, será analfabeto legal - não poderá tirar a cédula marítima, não poderá candidatar-se a qualquer fundo comunitário de apoio, não poderá ser funcionário público etc, etc...

A lei portuguesa continua a enfermar da mesma vicissitude, segundo a Senhora Ministra de Educação: quem frequentar a escola é obrigado a ter aproveitamento, caso contrário é condenado ao rótulo de analfabeto legal.

Com a chamada " Reforma do Sistema Educativo" estávamos convictos que nessa matéria passaríamos a ficar equiparados aos parceiros da Comunidade Europeia:

Quem frequenta - cumpre a lei - possuirá um certificado em conformidade; quem granjeasse aproveitamento alcançaria um diploma que, naturalmente, viabilizaria o prosseguimento dos estudos.

Qual não é o nosso espanto quando ouvimos da boca de Manuela Leite o refrão da canção coimbrã "só passa quem souber", ou seja, voltamos à situação dos anos 60.

Será que a Senhora Ministra da Educação tem consciência do futuro a que condena muitos milhares de jovens portugueses?

Permita-se-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados, antes de se levantarem vozes a protestar, que informe que também eu e não duvido afirmá-lo que igualmente o Partido Socialista, só aceita que, para prosseguir, é necessário saber. Mas, recorde, não estou a falar de continuação de estudos mas sim de "escolaridade obrigatória", aquela que se aplica a todas as crianças e jovens independentemente das suas capacidades intelectuais, psíquicas, motoras, económicas e todas as restantes que nós sabemos.

É injusto impor ao cidadão que cumpre a lei, frequentando a escola, não se lhe atribuir um documento comprovativo de que satisfaz os requisitos legais embora com determinados resultados.

Portugal tem um índice de analfabetismo da ordem dos 10%, o mesmo se passando na Região Autónoma dos Açores; todavia recuso-me a aceitar que tenhamos 10% da população escolar sem capacidades intelectuais, psíquicas ou motoras. Nos outros países comunitários diferenciam-se o analfabetismo legal, do analfabetismo literário e do funcional.

Para o Ministério de Educação e, por arrastamento, para a Secretaria Regional da Educação e Cultura, nutre-se esta ideia masoquista e puritana, renega-se outro conceito já tão velho, na velha Europa: prossegue estudos quem apreender, é analfabetizado legal quem frequenta correctamente a escola.

No decurso da intervenção proferida pelo magnífico Reitor da Universidade dos Açores, Professor Doutor Machado Pires, no colóquio " Uma Reflexão sobre Portugal", ouvimos várias referências à situação da Educação em Portugal e de forma especial no Ensino Superior.

Falava aquele digníssimo Professor do nível de conhecimentos com que muitos alunos ingressavam na Universidade, das "aberrações em termos de currículo e programas introduzidos na Reforma, das dificuldades de interpretação e expressão dos alunos, dos conteúdos que se introduziram em escalões etários impossíveis de perceber e muitos menos adquirir alguns conhecimentos em detrimento dos que deveriam ser ensinados e aprendidos pelo aluno ao longo da sua vida escolar.

Inclusivamente houve quem afirmasse que em Portugal "não temos uma filosofia de Educação".

Porém, a Senhora Ministra de Educação, ainda sem que a nova Reforma tenha sido aplicada a todos os anos do ensino não superior, já se apressou a sepultá-la com medidas que os Professores não percebem nem os alunos aceitam.

Onde param as verbas que os governantes desde o Primeiro Ministro, ao Ministro de Educação, passando por Secretários, anunciavam que iriam chegar para formação, construções, equipamentos, apoios e recursos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Um novo ano escolar arrancou. Foi ver o grande afã dos nossos governantes para convencer o País e a Região de que tudo estava bem, de que se respirava normal.

Mas, infelizmente para professores, alunos e pais, era e é, em muitos casos, uma mera miragem, uma pobre fantasia, um querer "atirar de poeira para os olhos".

Em muitas escolas tiveram que se elaborar horários com vários "furos" porque se encontram atulhadas de alunos, com falta de salas de aula normais e específicas, carentes de mobiliário e equipamentos, instalações incompletas ou adaptadas a qualquer custo e sem eficácia, ampliações que atiraram para "dia de são nunca" novas construções, projectos para esquecer, obras a avançar em ritmo "devagar, devagarinho ou parado".

E aqui convém lembrar as "eternas" Secundária da Horta, nova Secundária Geral e Básica de Angra, as Preparatórias da Maia e dos Ginetes, a Secundária da Lagoa, as Básicas e Secundária de Ponta Delgada, a Cardeal Costa Nunes, os Campus Universitários de Angra e Horta, a Reitoria, etc, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas ainda: o 10º Ano em S. Jorge e a falta de docentes.

As Associações de Pais em Coordenação com as Câmaras Municipais de S. Jorge decidiram avançar com uma iniciativa digna de registo. Agora resta ao Governo Regional e, de forma especial à Secretaria Regional de Educação e Cultura, tomar as medidas adequadas para que esta não seja mais uma experiência falhada.

Tal como temos afirmado várias vezes, é urgente criarem-se as condições para a fixação e deslocação de professores, através de bonificação do tempo de serviço, remuneração complementar e habitação.

Como nota positiva é de realçar o número de professores portadores de habilitação própria que se apresentaram aos diversos concursos e como negativa o elevado número dos que, tendo apanhado vaga em 1ª e 2ª fases ou em quadro de zona pedagógica, não se apresentaram nas suas escolas. Há que, no decurso deste ano, corrigir a legislação ou fazer aplicar as penalizações a quem não cumpre a lei.

Disse. Muito Obrigado.

(Aplausos do PS)

Presidente: A Sr.^a Deputada Rosa Machado pede a palavra com que finalidade?

Deputada Rosa Machado (PSD): Para dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Rosa Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria apenas dar uma informação.

Eu aconselho o Sr. Deputado Francisco de Sousa, a ver o filme "Os Professores", em que numa escola americana um aluno tem o diploma legal da escola e os pais processam a escola porque ele não sabe nem ler, nem escrever.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Ainda bem que não basta a frequência para que o assunto dos analfabetos legais fique por aí. Ainda bem!

Ainda bem, porque é importante para a dignificação das pessoas como seres humanos que são, que se ponha a tónica na qualidade. E digo-lhe que seguir exemplos que outros têm por aí fora e que, no nosso entender, não são os mais recomendáveis, julgo que não deve ser a pisada por nós trilhada.

Ir a Congressos Internacionais, como eu já tenho estado, e ver por exemplo, um país como a França dizer que não tem analfabetos, a nós juntaram-se alemães, ingleses - muito admirados - e pergunta-se a eles:

"- Os Srs. não têm analfabetos, não há gente que passe pelas escolas e que não aprendem a ler e a escrever como pelas nossas passam?

- Não, não temos.

- Olhe que não deve ser bem assim.

Então aí eles reconhecem que têm."

E eu volto a perguntar:

"- Mas então como é que dizem que não têm?

- Esses são "illettré" (iletrados).

- E analfabetos não há?

- Há sim senhor.. São os portugueses, os turcos e os nómadas que estão nas nossas escolas."

Isso só por si ilustra bem uma situação que não tem nada de dignificante.

Nós não queremos paralelismos semelhantes.

Nós queremos que às pessoas que não conseguiram a sua escolaridade normal, dê-se uma oportunidade para que com outra consciência, outras possibilidades, outro sentido de necessidade, completem aquilo que lhes falta e possam afirmar-se na vida com aquele mínimo de dignidade que merecem e que lhes permite singrar doutra forma.

É isso que está a passar-se.

Onde param as verbas, Sr. Deputado?

É fácil. É ver por aí onde elas vão aos poucos sendo introduzidas no sistema.

Neste mês e no próximo, 200 mil contos de equipamentos com especial incidência nas informáticas, nas reprografias, nos materiais de laboratório, em mobiliário, vão ser uma vez mais injectados nas nossas escolas.

As grandes ampliações que estavam para ser feitas que dotaram a rede este ano, que permitiam um arranque pacífico como foi aqui dito, não é um arranque de fazer ver ou de fazer de conta. É um arranque que foi acompanhado de perto pelas autoridades

da educação em trabalho conjunto com os nossos conselhos directivos, com os nossos conselhos escolares.

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: Desse esforço conjunto, resultou o arranque que está à vista de todos, com escolas - como no caso das ampliações - dotadas de instalações adequadas a responder às necessidades da reforma em termos de laboratórios, salas de grandes espaços, salas específicas que aos poucos iremos introduzindo noutros estabelecimentos de ensino que delas igual necessidade têm.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Em primeiro lugar, quero continuar a afirmar que estou em desacordo com V. Ex.^a.

Também eu conheço, felizmente, o sistema francês - já lá estive - e posso-lhe falar no dinamarquês ou no alemão.

Eles têm os iletrados, mas a sua quota parte da percentagem de analfabetos legais é um, dois por cento.

As pessoas têm um certificado que lhes permite entrar no mundo activo e em Portugal não temos.

Os nossos pescadores não conseguem tirar a cédula marítima não é por não saberem pescar, não é por não saberem as artes de marear. É porque não têm um diploma que diga que frequentou a escola quando ele frequentou, efectivamente, a escola, mas não teve aproveitamento e por isso não tem o diploma de escolaridade obrigatória cumprida.

É aqui a minha luta e há-de continuar a ser aqui.

Frequenta a escola e cumpre a lei que diz que ele tem que estar lá até aos 14 ou 15 anos. Terminado este período não lhe é passado um papel a dizer "frequentou com este aproveitamento...".

E V. Ex.^a sabe e se quiser pergunte a alguns dos seus membros camaradas, amigos, ou colegas do Governo, as dificuldades que tive, por exemplo o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, no campo da agricultura em que muitos lavradores tiveram

grandes dificuldades em apresentar os seus projectos à Comunidade porque não tinham um papel que dissesse que eles tinham frequentado a escola. Ninguém lhes pedia o tipo de conhecimentos que eles tiveram. Era a frequência da escolaridade obrigatória.

É aqui a minha luta. Eu quero, de facto, qualidade.

A segunda questão do arrancar é muito simples, Sr. Secretário:

Aqui ao lado temos uma escola, a Escola Secundária da Horta.

Pergunto a V. Ex.^a se ela foi dotada dos meios necessários para a implementação da Reforma, precisamente na disciplina da Educação Tecnológica?

Presidente: Para dar os esclarecimentos pedidos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aos filhos dos nossos pescadores e aos filhos dos nossos agricultores, hoje não basta o saber empírico.

Os pais podem saber pescar muito bem, podem saber lavrar muito bem.

Hoje, se quisermos utilizar sistemas de navegação moderna, se quisermos utilizar determinadas facilidades que estão à disposição dos mais variados campos dos quais a agricultura é um exemplo, é preciso no mínimo saber ler, é preciso no mínimo saber fazer contas das mais elementares, é preciso saber utilizar uma calculadora.

Já basta do tempo em que nada disso era preciso.

O salto em frente dá-se para eles dominarem determinado conjunto de conhecimentos mínimos, mas que é preciso terem acesso a eles para poderem usufruir de toda essa nova tecnologia introduzida.

Não basta só o tal papel da frequência que agora também lhes é passado. O papelinho da frequência é-lhes passado, felizmente.

Agora é preciso mais alguma coisa e só lhe é dada através da escolaridade de segunda oportunidade que felizmente lhe é dada.

Quanto à Escola Secundária da Horta, eu só lembro aqui aos presentes que ela arranca este ano lectivo sem ter a ampliação que lhe podia ter introduzido outras valências, incluindo valências específicas, porque o Conselho Directivo e o

Conselho Pedagógico provaram que delas não precisavam para o normal arranque do ano lectivo.

Não foi à falta do serviço de Obras Públicas, aqui na Horta, ter feito todo o esforço, ter tudo pronto para que na altura própria em que avançaram as ampliações da Antero Quental, da Domingos Rebelo e da Preparatória de Angra se ter avançado com a Secundária da Horta.

Esta é uma opção da escola e a escola assume as consequências de uma opção que tomou em conjunto.

Quanto aos restantes materiais, eles chegarão aqui na medida e na proporção em que forem distribuídos pelas outras escolas.

Presidente: A Sr. Deputada Lisete Silveira pede a palavra com que finalidade?

Deputada Lisete Silveira (PS): Para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Lisete Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

É só para fazer uma simples pergunta.

Eu por acaso já fiz um requerimento ao Sr. Secretário, ao qual ainda não fez a finesa de responder.

Mas, de facto, não é que a escola esteja tão bem, tão bem que não precise de ampliação.

Precisamos de outra escola, ou precisamos de uma ampliação medida e isso ainda não nos foi facultado, porque o Sr. Secretário sabe melhor que ninguém que a aquela escola está super-lotada.

Não temos espaço absolutamente para nada.

Um professor não pode trabalhar, um aluno não pode estudar naquela escola entre tantas outras coisas que faltam.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Lisete:

Precisamente por ter consciência da situação da escola, convenhamos que não é tão dramática como outras escolas ainda maiores que têm idênticas ou superiores necessidades em áreas afins, mas por ter consciência que também têm problemas que na altura certa a Secretaria da Educação e a Secretaria da Habitação e Obras Públicas desenvolveram uma acção conjunta que lhes permitiria arrancar neste ano lectivo com condições muito melhores.

A escola "vedou-nos" a hipótese de o fazer alegando e tentando provar por "a" mais "b" que não precisava, que a gestão anterior tinha errado, que estava mal e que não tinha nada que prever aquilo que previu e que com o recurso, nomeadamente ao apoio da Escola Preparatória ao lado e a utilização em períodos mortos de determinadas instalações, poderiam muito bem dar a tal volta que na altura nos parecia difícil dar.

Portanto, a escola está tendo neste momento as consequências de uma opção que tomou **conscientemente**.

Não é que nós não abandonemos o problema, não é que nós não saibamos que é preciso em seu devido tempo ter uma outra intervenção aqui na Horta. Agora se neste momento não há condições melhores, a escola é que escolheu o caminho que está a talhar.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais venho a esta tribuna com uma curta intervenção.

E, como é hábito, novamente falar em transportes marítimos para a Ilha do Corvo.

Dado que as obras de ampliação do Porto da Casa estão quase concluídas, julgo ser pertinente o Governo Regional pensar de imediato num barco com capacidade de fazer a cabotagem para a referida Ilha.

Há bem poucos dias foi feito um embarque de gado para a Ilha das Flores em condições climatéricas bastante difíceis, e até com alguns riscos de segurança de vidas e bens. Não podem os animais que exportamos para o Continente ficarem sujeitos a ser transferidos para a vizinha Ilha das Flores com quase uma semana de antecedência a fim de prosseguirem viagem com destino a Lisboa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Outro assunto que nos traz preocupações refere-se à escolaridade obrigatória que consigo trouxe graves problemas para algumas famílias da Ilha do Corvo. E gostava de lembrar a esta Câmara que em nenhuma ilha desta Região os pais vêm sair de casa os seus filhos com 12 anos de idade a fim de tirarem o 9.º ano de escolaridade que, como todos sabem, agora é obrigatório. A bolsa de 40.000\$00 mensais que é atribuída a cada aluno é de facto uma ajuda aceitável economicamente falando. Porém, subsistem os problemas sociais, ou seja, o separar famílias cujos filhos têm idades tão exigentes e que requerem um acompanhamento dos pais cada dia mais intenso e vigilante. Reafirmamos que a resolução definitiva deste problema passa pela construção do novo edifício escolar e aos incentivos à fixação de professores naquela ilha.

Como sempre, sei que o Governo Regional está atento aos problemas da nossa Ilha e temos a certeza que será encontrada uma solução rápida e eficaz para que os corvinos possam usufruir dos direitos de desenvolvimento harmónico e solidário que queremos para todos os Açorianos.

Disse.

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para dar um esclarecimento.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era só para prestar um esclarecimento à Câmara na sequência da intervenção pertinente do problema aqui levantado do cumprimento da escolaridade obrigatória por parte dos alunos que este ano no Corvo se matricularam no 7.º ano.

O Governo através do Departamento que lhe está confiado, acertou com os interessados a modalidade ou as modalidades possíveis para se resolver o problema.

Portanto, ao conceder passagens, acessibilidade, nomeadamente nas férias do Natal e da Páscoa e a bolsa de 40 contos, foi o resultado de uma posição de consenso e de diálogo aquando da última visita do Governo com os interessados.

A prática vem ao encontro daquilo que sempre foi e continua a ser a preocupação, ou seja, os alunos abandonarem o agregado familiar numa idade muito difícil e muito complicada.

Também foi apresentada uma outra hipótese, isto é, os alunos que estando matriculados no ensino individual ou doméstico, poderem fazer a sua preparação como faz qualquer outro aluno que está neste ensino.

O Estado dá-lhes a oportunidade na altura certa, através do pagamento, de passagens de fazerem os seus exames nas escolas onde estão inscritos. Podem inscrever-se nas Flores, S. Miguel, Terceira ou onde quiserem. Não vão lá, fazem a sua preparação com a sua família, com amigos, com quem entendam - dentro do espírito do ensino individual ou doméstico - e o Estado garante-lhes, na altura própria, as deslocações necessárias para isso.

Foi isso que foi transmitido aos interessados - são 7, se não estou em erro - estando o Governo a estudar agora hipóteses alternativas face a novas questões que nos estão sendo colocadas pelos pais.

Este é um assunto que continua em estudo e estas foram as soluções apresentadas e que à priori pareciam ir de encontro ao que foi solicitado ao Governo.

Agora outras soluções se levantam e nós estamos a tentar encontrar outras saídas legais para este desafio que se nos coloca.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trago a esta Casa um assunto muito sério e preocupante que exige de todos os Srs. Deputados a maior atenção e da parte do Governo uma intervenção, tanto urgente quanto eficiente.

Vou falar-vos do estado caótico em que se encontra financeiramente a lavoura jorgense, equacionando-a com algumas das suas causas e demonstrar que a este e aos anteriores Governos dever-se-ão imputar grande parte das responsabilidades.

Sempre entendi que a criação de uma zona demarcada, para proteger e garantir a qualidade de um produto certificado, que é fabricado com leite cru e por conseguinte mais susceptível a determinado número de bactérias, exigia, à partida, medidas das quais algumas ainda não foram implementadas e outras andam a passo de caracol.

Refiro-me, sobretudo, ao abastecimento de água às explorações agrícolas (investimento que ainda não sabemos para quando), à criação de uma satisfatória rede de caminhos de penetração, à criação do serviço de classificação de leite e de apoios para um bom trabalho de marketing.

Entenda-se que a desejada solidez da agro-pecuária também começa nos alicerces!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos num passado recente à intervenção do Governo Regional no sentido de colaborar financeiramente no saneamento financeiro da UNICOL e UNILEITE, acções que não contesto mas critico-o pela inércia nos apoios ao nível da bonificação de juros que permitam às cooperativas de São Jorge criarem o seu fundo de maneio, com vista a pagarem atempadamente e regularmente o leite aos seus lavradores e não ao fim de um ano como tem vindo a acontecer.

A propósito, lembro a esta Assembleia que há quase dois anos requeri ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas informações sobre a possibilidade do Governo apoiar a criação do acima referido fundo maneio.

Este respondeu-me há mais de 18 meses, dizendo que o assunto se encontrava em fase de estudo.

Por amor de Deus, não asfixiem mais o ganha pão de milhares de famílias!

Mais de 18 meses ainda não deu para estudar este assunto?

A esta situação agrava-se o baixo preço pago por cada litro de leite em S. Jorge que oscilou entre os 21\$00 e 38\$00, quando sabemos que a indústria do sector pagou nas ilhas Terceira e São Miguel 51\$00/litro e atempadamente.

Que péssima situação para quem não tem outra alternativa!

A maioria dos Srs. Deputados e Membros do Governo tal como eu, gostam de tomar o seu café cujo preço corrente no mercado é de 60\$00.

Assim sendo, o que lhes diz o facto de muitos lavradores só o poderem fazer a troco de três litros de leite?

Os preços deste produto praticados em São Jorge, são também consequência do endividamento das respectivas cooperativas à banca e deste modo deve ainda o Governo estudar a possibilidade de cooperar no saneamento financeiro das mesmas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou continuar a minha intervenção debruçando-me ainda sobre este sector, mas falando de incentivos de extraordinária importância e que neste momento são letra morta.

Trata-se dos incentivos à aquisição de terra por rendeiros que têm a sua cobertura legal no Decreto Legislativo Regional nº 1/91/A (SICAR).

Como devem os Srs. Deputados saber, a acima referida legislação tem por finalidade estimular e apoiar as operações de aquisição de terras por arrendatários que sejam agricultores a título principal, definindo um sistema de incentivos financeiros através da bonificação dos juros de empréstimos aos agricultores, para aquele efeito.

Isto permite que a taxa suportada pelo mutuário não exceda 8% e garante um prazo de 15 anos para a amortização.

Estamos perante incentivos que certamente, na opinião de todos, vão consolidar as explorações agrícolas, tanto mais que a maioria dos lavradores são rendeiros e alguns só, por falta de meios económicos, nunca tiveram oportunidade de se tornarem proprietários ou de fortalecerem a sua propriedade.

Deste modo, o diploma acima referido contém matéria de interesse relevante para a lavoura açoriana, sendo um instrumento importante para emparcelamento e facilita a modernização das explorações agrícolas. Mas para produzir efeitos é necessário que o montante anual dos apoios a conceder conste dos Planos e Orçamentos anuais do Governo.

Suponho que tal nunca aconteceu e por isso duvido que haja lavradores beneficiados a coberto desta legislação.

Termino a minha intervenção pedindo aos Srs. Deputados que estejam atentos aos assuntos preocupantes que aqui trouxe, e aos Srs. Membros do Governo solicito as melhores diligências para a resolução dos problemas que acabo de apresentar.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos do PS e do Dep. Ind.)

Presidente: O Sr. Deputado Mark Marques pede a palavra com que finalidade?

Deputado Mark Marques (PSD): Para prestar um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de dois minutos, porque é o tempo que nos separa da hora regimental para iniciarmos a Ordem do Dia.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ouvi a intervenção do Sr. Deputado António Gomes com muita atenção e só queria fazer uma precisão em relação aos produtores de leite em S. Jorge que têm um ano de atraso no pagamento.

Como sabem, em S. Jorge os produtores estão inseridos em cooperativas e por conseguinte não existe um preço em que com dois meses de atraso é pago o preço final ao produtor, ou seja, ao fim de cada ano é feito um reajustamento e distribuído ao produtor.

Mas os produtores, como na sua intervenção deixou transparecer, não estão um ano sem receber.

Outro assunto que queria esclarecer é em relação ao preço.

Efectivamente, houve uma cooperativa em S. Jorge que - digamos - se auto-saneou e pagou a média de 21\$00/litro. Mas todas as outras pagaram acima dos 35.

Eu também acho que S. Jorge merece os 51\$00 por litro de leite como na Terceira e farei isso numa próxima intervenção.

Obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao termo da hora regimental assinada para o Período da Antes da Ordem do Dia.

Vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Retomaremos os nossos trabalhos às 18.30.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Intervalo às 18.10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 18.40 horas)

Srs. Deputados vamos entrar no Período da Ordem do Dia com a leitura dos Relatórios das Comissões Permanentes ao abrigo do artigo 119.º do Regimento da ALRA.

Pedia ao Sr. Relator da Comissão de Organização e Legislação o favor de ler o relatório.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Organização e Legislação a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE SETEMBRO DE 1994

CAPÍTULO I

1 - A Comissão Permanente de Organização e Legislação tem, na presente data a seguinte composição:

a) - DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (P.S.D.)

Deputada Ana Carolina

Deputado Carlos Silva

Deputado João Cunha

Deputado José Manuel Nunes

Deputado José Maria Bairos

Deputado Manuel Amaral

Deputado Rui Melo

b) - DO PARTIDO SOCIALISTA (P.S.)

Deputado António Gomes
Deputado Carlos Mendonça
Deputado Duarte Pires
Deputado Ricardo Barros
Deputado Hélio Pombo
Deputado Rogério Serpa
Deputado Silva Melo.

c) - A MESA DA COMISSÃO É COMPOSTA POR:

Presidente - Deputado Carlos Mendonça
Relator - Deputado António Gomes
Secretário - Deputado João Cunha.

CAPÍTULO II

Generalidades

1 - No decurso do ante-período legislativo de Setembro, a Comissão reuniu no dia 8 do mesmo mês, pelas 16 Horas, na sala do Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, com os Senhores Deputados da Assembleia da República.

No dia acima referido e pelas 18 horas, esta Comissão reuniu com Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que a seu pedido nos prestou um valioso esclarecimento sobre a Proposta da Mesa "Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para o ano de 1995".

2 - Ainda durante este ante-período a Comissão reuniu nos dias 19 e 20 de Setembro, na cidade de Angra do Heroísmo, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

3 - Na reunião do dia 8 de Setembro, que se realizou pelas 18 horas, com vista a apreciação da Proposta de Resolução da Mesa "Orçamento da Assembleia Regional para o ano de 1995", faltaram justificadamente os Senhores Deputados José Maria

Bairos e José Manuel Nunes do P.S.D., bem como o Senhor Deputado Silva Melo do P.S..

4 - Na reunião do dia 19 de Setembro os senhores Deputados Carlos Mendonça e Duarte Pires fizeram-se substituir, respectivamente, pelos Senhores Deputados Dionísio Sousa e Carlos César.

No dia acima referido o Senhor Deputado Victor Cruz substituiu a Senhora Deputada Ana Carolina.

5 - Na reunião que se efectuou no dia 20 do mês em curso os Senhores Deputados Carlos Mendonça e Duarte Pires fizeram-se substituir, respectivamente pelos Senhores Deputados Dionísio Sousa e Fernando Fonte.

Neste dia a Senhora Deputada Ana Carolina foi substituída pelo Senhor Deputado Rui Luís.

CAPÍTULO III

Exercício das Competências previstas no artigo 56.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

1 - Em conformidade com as competências estipuladas na alínea i), do supracitado artigo a Comissão relatou e deu parecer sobre a Proposta de Resolução "Alteração da Resolução nº 8/86/A, de 31 de Outubro" apresentada pelos Senhores Deputados Victor Cruz, Fernando Menezes, Alvarino Pinheiro e Paulo Valadão.

2 - De acordo com as competências estabelecidas na alínea j) do supramencionado artigo a Comissão emitiu parecer sobre a Proposta de Resolução da Assembleia **"Orçamento da Assembleia Legislativa Regional para o ano de 1995"**.

Ainda ao abrigo da acima referida alínea a Comissão deu parecer sobre as Propostas de Deliberação: **"Critério de Atribuição de Ajudas de Custo aos funcionários do Quadro, Pessoal do Gabinete da Presidência e Pessoal dos Grupos e Representações Parlamentares, com assento na Assembleia Legislativa**

Regional dos Açores", todas da iniciativa dos Senhores Deputados Victor Cruz, Fernando Menezes, Alvarino Pinheiro e Paulo Valadão.

3 - Com base nas competências referidas na alínea m) do artigo supracitado a Comissão emitiu parecer sobre o Processo de declaração de Inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional que recai sobre os artigos 78º e 80º do Decreto Legislativo Regional nº 15/94 "Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores", e oficiou a Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores da deliberação desta Comissão quanto à Inconstitucionalidade do Decreto Legislativo Regional nº 1/94 "**Actividade do Comércio a Retalho**".

CAPÍTULO IV

Trabalhos pendentes

A Comissão tem pendente para apreciação as Propostas de Resolução da Mesa da Assembleia Legislativa Regional referentes às "Contas de Gerência da Assembleia Legislativa Regional dos anos de 1992 e 1993" que ainda estão a aguardar os respectivos Acórdãos da Secção Regional do Tribunal de Contas.

Angra do Heroísmo, 20 de Setembro de 1994.

O Relator em Exercício, *Dionísio Mendes de Sousa*.

Aprovado por unanimidade.

O Presidente em Exercício, *António das Neves Lopes Gomes*.

Presidente: Agradecia ao Sr. relator da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais o favor de ler o seu relatório.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE SETEMBRO DE 1994

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

1 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

a) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Deputado Jorge Valadão dos Santos (Presidente)
- Deputado José Maria Bairos (Relator)
- Deputado Manuel Amaral
- Deputado Artur Martins
- Deputado Jorge do Nascimento Cabral
- Deputado Manuel Gil Ávila
- Deputado José Aguiar

b) Do Partido Socialista (PS)

- Deputado Carlos César
- Deputado Rui Pedro Ávila (Secretário)
- Deputado José Humberto Chaves
- Deputado Fernando Menezes

c) Do Partido Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS/PP)

- Deputado Alvarino Pinheiro

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Deputado Paulo Valadão.

2 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais reuniu nos dias 5, 6, 7 e 8 de Setembro, na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

3 - O deputado do CDS/PP Alvarino Pinheiro faltou justificadamente às reuniões dos dias 5 e 6 de Setembro.

4 - O deputado do PS, Carlos César foi substituído pelo deputado Hélio Pombo, nos dias 7 e 8.

5 - Na reunião do dia 14 de Setembro em Santa Maria, os deputados do PSD, Manuel Gil Ávila e Artur Martins faltaram justificadamente.

6 - O Deputado do PS, Fernando Menezes foi substituído pela deputada Nélia Figueiredo.

7 - O deputado do CDS/PP, Alvarino Pinheiro, faltou justificadamente às reuniões dos dias 14 e 15 de Setembro.

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais apreciou os seguintes diplomas:

a) Proposta de Resolução nº 56/VI que "Aprova, o acordo relativo à modificação do acordo entre a República Portuguesa e a República Francesa, respeitante à utilização pela República Francesa de certas facilidades na Região Autónoma dos Açores" sobre o qual foi emitido parecer;

b) Proposta de Decreto Legislativo Regional - Aprovação do Regulamento Policial da Região Autónoma dos Açores, o qual após a sua apreciação a Comissão deliberou aguardar que seja aprovada legislação que irá revogar o Decreto-Lei nº 328/86, de 30 de Setembro de forma a poder adaptá-lo à Região;

c) Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 13/94 - Medidas de descongestionamento da Administração Pública, sobre a qual foram pedidos

pareceres aos sindicatos em conformidade com o artigo 139º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional;

d) Audição ao Senhor Subsecretário da Cooperação Externa, cujo relatório irá anexo ao 119.º

e) Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/94 - Regime da Cooperação Técnica e Financeira entre a Administração Regional e a Administração Local, tendo a Comissão decidido solicitar parecer à Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores.

f) Nos dias 14 e 15 de Setembro, a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, efectuou uma visita de trabalho à Ilha de Santa Maria, cujo relatório irá anexo ao 119.º do próximo período legislativo.

CAPÍTULO III

TRABALHOS PENDENTES

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais tem pendentes para apreciação os seguintes diplomas:

a) Petição sobre a Vegetação Autóctone dos Açores que aguarda pareceres solicitados a diversas entidades e associações;

b) Revogação do Decreto Legislativo Regional nº 27/92/A, de 30 de Outubro - Audição da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, o qual aguarda pareceres.

CAPÍTULO IV

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão no âmbito das suas competências efectuará uma visita de trabalho à Ilha Graciosa.

Horta, 8 de Setembro de 1994.

O Relator, *José Maria Bairos*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Jorge Valadão dos Santos.*

Audição da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais ao Senhor Subsecretário Regional da Cooperação Externa.

A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais no dia 5 de Setembro, no âmbito das suas competências regimentais, ouviu o Senhor Subsecretário Regional da Cooperação Externa, que nos transmitiu o seguinte:

I - QCA

Portugal apresentou à Comissão Europeia em Julho de 1993 o PDR (Plano de Desenvolvimento Regional).

Em Fevereiro de 1994 a Comissão Europeia aprovou o PDR que assim se transformou no nº 2 Q.C.A. (Quadro Comunitário de Apoio).

Em Junho/Julho de 1994 foram aprovados os documentos técnicos de aplicação do Programa Regional Pedraa II.

No próximo dia 9 de Setembro serão aprovadas as modalidades de execução (manual) e poder-se-á começar a aprovar as candidaturas tanto as que transitam do anterior quadro como as que são novas. A unidade de gestão passa assim, no âmbito do FEDER, a poder aprovar projectos com ilegitimidade a Julho de 1993.

II - INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

Do montante global dos Fundos Estruturais 9% são entregues à Comissão Europeia para desenvolver programas de iniciativas comunitárias.

Face ao anterior período de programação assistiu-se a uma concentração das iniciativas que constituem programas de intervenções complementares ao Q.C.A. (Quadro Comunitário de Apoio).

Na sequência do Conselho Europeu de Edimburgo as regiões ultra-periféricas da Comunidade constituem uma das novidades em matérias de iniciativas comunitárias,

salientando-se também iniciativas no domínio das PME: adaptação industrial, recursos humanos e desenvolvimento rural.

Ao longo do 1º semestre de 1994 foram negociadas com a Comissão as formas e orientações destas acções da exclusiva responsabilidade da Comissão Europeia, tendo em Julho de 1994 sido publicados no Jornal Oficial os textos contendo os montantes e as respectivas ilegibilidades.

Na discussão das iniciativas comunitárias a Região fez valer a sua posição de que a ilegibilidade e o acesso às diferentes iniciativas não podiam circunscrever-se ao REGIS como foi inicialmente proposto pela Comissão Europeia.

Assim a Região já assegurou a sua participação na iniciativa Leader II e os diferentes Secretários Regionais preparam a sua intervenção no âmbito das outras iniciativas comunitárias geridas a nível nacional.

O REGIS para os Açores assentará nos seguintes eixos de intervenção de forma complementar ao Q.C.A.: transportes, energia, PME e cooperação inter-regional.

III - POSEIMA

A decisão do Conselho POSEIMA instituirá, na sequência do POSEIDOM e com o programa POSEICAN, a abordagem comunitária para a ultraperiferia.

É muito importante a existência deste quadro geral de aplicação das políticas comunitárias que tem em conta as especificidades que decorrem da especial situação geográfica e sócio-económica das regiões.

Neste momento aguarda-se que a Comissão entregue ao PE (Parlamento Europeu) e ao Conselho o relatório de execução dos anos 1992-93 do POSEIMA onde constarão as linhas fundamentais da prossecução das medidas comunitárias para a ultraperiferia, para a qual foi atempadamente entregue à Comissão um memorando na sequência de contactos com o grupo multi-serviços da Comissão.

A continuidade da abordagem específica na declaração anexa ao Tratado da União Europeia não sofre contestação. Todavia, no desenvolvimento das acções previstas na decisão do Conselho de 1991 existem medidas cuja prorrogação encontra-se ligada à problemática da ilegibilidade aos fundos estruturais, caso das medidas aprovadas em 1991 para o sector energético regional.

Aguarda-se que saldando financeiramente esta acção em Agosto/Setembro do corrente ano a Comissão apresente relatório da sua execução e proponha a forma de continuidade de uma acção específica para o sector energético regional que poderá revestir-se de outras modalidades para respeitar os princípios de ilegitimidade da referida medida podendo a mesma ser integrada no Programa REGIS.

Trata-se com efeito de assegurar o tratamento de medidas aprovadas de forma intercalar, no âmbito do anterior Q.C.A. para medidas negociadas no âmbito do novo Quadro onde se verifica a duplicação dos montantes dos fundos estruturais para a Região.

Neste quadro a prossecução de programas como a do artesanato e do ambiente encontram no novo Q.C.A. a sua continuidade assegurada.

Dada a importância do conceito de ultraperiferia pretende-se continuar a reforçar os laços de cooperação institucional e política entre as Regiões Ultra-periféricas.

Sendo assim no próximo REGIS será dada relevância aos aspectos da cooperação inter-regional entre as referidas regiões.

O Relator, *José Maria Bairos*

O Presidente, *Jorge Valadão dos Santos*

Presidente: O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Para pedir um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É uma situação que é a primeira vez que reconheço existir nesta Casa desde que cá estou, mas que não podia deixar passar em claro, isto é, quanto às actividades que se passaram na Comissão de Política Geral da qual eu faço parte.

É uma situação que eu considero bastante estranha e que ponho à consideração da Câmara e que mesmo assim gostaria depois de ouvir a explicação da Mesa da Comissão de Política Geral.

Quando foi discutido o assunto do parecer a enviar à Assembleia da República sobre o acordo que altera o acordo que anteriormente existia entre a República Portuguesa

e a República Francesa, e porque houve um voto contra do Sr. Deputado do PCP Paulo Valadão, no dia seguinte no decorrer dos trabalhos da Comissão o Sr. Deputado apresentou, como lhe competia, a declaração de voto.

O estranho da situação - e é esta questão que não posso deixar passar, porque o disse também na altura na Comissão e acho que o Plenário deve ter conhecimento dessa situação que foi bastante estranha - é que no dia seguinte, o PSD veio com outra declaração de voto reagindo à declaração de voto do PCP.

Era esse reparo que eu queria trazer aqui ao conhecimento de todos os colegas e que gostaria mais uma vez que o Sr. Deputado Jorge Valadão ou quem ele entender, como Presidente da Comissão, que esclareça essa situação, porque como eu disse nessa altura e repito agora aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi um precedente, para mim, muito estranho.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila:

Não conheço como é que se processava antigamente. Não acho que seja um precedente.

O que houve, embora seja discutível em termos formais ou não, o que foi manifestado depois da apresentação da declaração de voto por parte do Sr. Deputado Paulo Valadão, foi por parte do Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral a disposição e a necessidade de apresentar esse voto face ao conteúdo do voto do Sr. Deputado Paulo Valadão que não correspondia em tudo à realidade.

Foi manifestado na própria Comissão - ainda não tinha terminado os seus trabalhos - a necessidade de dar uma resposta a isso.

É evidente que se pode discutir em termos estreitamente formais se deveria ou não ter sido manifestada ou não, uma necessidade de uma resposta a este voto ou se deveria ter sido - e aí é uma questão que pode ser controversa e nessa medida assumo a responsabilidade como Presidente da Comissão de aceitar esse voto na sequência da intervenção, que pode não ter sido formalmente correcta do Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral como Deputado do PSD que é.

Presidente: Pedia em seguida ao Sr. Secretário da Comissão da Juventude e Assuntos Sociais, o favor de proceder à leitura do relatório.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE SETEMBRO DE 1994

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. A Comissão é constituída pelos seguintes Deputados:

a) PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (P.S.D.)

- Rui Carvalho e Melo - Presidente
- Fátima Oliveira - Relatora
- Ana Gomes da Silva
- José Gonçalo Botelho
- Rosa Machado
- Mark Marques
- Carlos Morais

b) PARTIDO SOCIALISTA (P.S.)

- Nélia Figueiredo - Secretária
- Francisco Sousa
- Hélio Pombo
- Fernando Fonte
- Ricardo Barros

c) PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (P.C.P.)

- Paulo Valadão

2. A Comissão visitou as Ilhas das Flores e Corvo de 27 a 30 de Junho.

3. A Comissão reuniu em plenário com a Delegação de Deputados da Assembleia da República a 8 de Setembro, na Sede da Assembleia Legislativa Regional.

A Comissão reuniu em Plenário nos dias 22 e 23 de Setembro, na Delegação da Assembleia, em Angra do Heroísmo.

4. Na visita à Ilha das Flores a deputada Fátima Oliveira (PSD) e Fernando Fonte (PS) faltaram justificadamente. O deputado Francisco Sousa (PS), foi substituído pelo deputado Rogério Serpa (PS).

5. Nas reuniões de 22 e 23 de Setembro o deputado Rui Luís (PSD) substituiu o deputado Gonçalo Botelho (PSD).

Na reunião do dia 23 o deputado Mark Marques (PSD) foi substituído pelo deputado Manuel Amaral (PSD).

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

1. A Comissão apreciou, e deu parecer sobre a seguinte Proposta de Resolução:

"Financiamento da Nova Igreja de Santa Luzia", apresentada pelo deputado do CDS-PP, Alvarino Pinheiro.

2. A Comissão visitou as Ilhas das Flores e Corvo de 27 a 30 de Junho onde reuniu com várias entidades, anexando-se o correspondente relatório.

3. A Comissão reuniu, na Sede da Assembleia Legislativa Regional, com a Delegação de Deputados da Assembleia da República, no dia 8 de Setembro.

Não se encontra qualquer diploma pendente para apreciação.

CAPÍTULO III

PROGRAMAÇÃO DE TRABALHOS

A Comissão reunirá de 10 a 14 de Outubro, para uma audição de todos os membros do Governo ligados às áreas da competência específica da mesma.

As reuniões realizar-se-ão a 10 e 11 em Angra do Heroísmo e a 12, 13 e 14 em Ponta Delgada.

Ainda, no âmbito da sua competência, realizar-se-ão, em princípio, visitas a alguns empreendimentos em curso nas ilhas Terceira e S. Miguel.

Angra do Heroísmo, 23 de Setembro de 1994.

A Relatora, *Fátima Oliveira.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Rui Carvalho e Melo.*

Como habitualmente vou dispensar-me de ler o relatório da deslocação à Ilha das Flores, pedindo no entanto aos Srs. Deputados - como é tradição nesta Casa - que tenham em atenção mais duas gralhas do nossos serviços de apoio e que se encontram uma na página 7 na primeira linha, onde em vez de **2000 contos** se deve ler **200 mil contos** e na página 9, na 3^a linha onde se lê **complicação** deverá ler-se **ampliação**.

Presidente: Sr.^a Deputada, eu não ouvi completamente a sua intervenção, porque não me chegou aqui, mas o anexo a este relatório tem que ser lido.

A Sr.^a Deputada pode ser revesada na leitura.

A Oradora: Não Sr. Presidente, eu não me importo de lê-lo, mas não tem sido costume.

Presidente: Não, não, tem sido lido.

Talvez a Sr. Deputada não tenha a memória fresca, mas é hábito ler-se os anexos.

Eu até posso lembrar-lhe que durante a última legislatura a Sr.^a Deputada Regina Cunha esteve aqui mais de uma hora a ler um anexo.

A Oradora: Sr. Presidente, eu tenho todo o gosto em ler o relatório, só que nas outras deslocações que temos efectuado às Ilhas e das quais eu fiz o relatório, esse relatório não foi lido aqui nesta tribuna da Assembleia com pleno conhecimento...

Presidente: Sr.^a Deputada Fátima Oliveira, eu agradecia que lesse o relatório, porque realmente tem sido praxe desta Casa.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Leio com todo o gosto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais sobre a deslocação da Comissão à Ilha das Flores e Corvo nos dias 27, 28, 29 e 30 de Junho de 1994.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1 - A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais ao abrigo da alínea d) do artigo 120.º do Regimento da Assembleia Legislativa, deslocou-se às Ilhas das Flores e Corvo de 27 a 30 de Junho, com o intuito de colher as informações necessárias ao bom exercício das suas funções, no âmbito das áreas que competem a esta Comissão.

2 - A Comissão comunicou, em tempo oportuno, a realização da visita a todos os Deputados eleitos pelos Círculos das Flores e Corvo, tendo sido acompanhada nos seus trabalhos pelos Deputados eleitos pelos referidos Círculos, designadamente pelas Flores, Carlos Silva (PSD), Rogério Serpa (PS), pelo Corvo José Manuel Nunes (PSD).

CAPÍTULO II

REUNIÃO COM O SR. PRESIDENTE DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

O Presidente da Comissão iniciou a reunião solicitando ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que fizesse uma exposição sobre os problemas que afligem a população do seu Concelho.

No âmbito do sector da habitação, a Comissão foi informada de que existem atrasos de cerca de 3 (três) anos, nos processos instruídos junto da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O programa de Apoio à Habitação degradada foi considerado de grande importância entendendo-se que o mesmo deve continuar a ser implementado, melhorando-se, contudo, a sua acção e envolvendo muito mais as Juntas de Freguesia.

Os proprietários das casas construídas para substituir as demolidas, aquando do prolongamento da pista do aeroporto e conforme o acordado, aguardam, ainda, a feitura da escritura das mesmas.

A delinquência e a toxicodependência não são alarmantes.

Os Deputados foram alertados para a situação de falta de novos empregos, o que leva muitos jovens, ao terminarem a escolaridade obrigatória a dedicarem-se à agricultura e pescas.

O Senhor Presidente sugeriu que, para os jovens empresários que apresentem projectos a serem financiados pela Região, o parecer da Câmara Municipal deva ser vinculativo.

Na área da educação, o parque escolar é considerado bom.

A grande aspiração dos Florentinos é a implementação dos 10º, 11º e 12º anos, sendo de grande importância que se inicie o mais breve possível.

No sector da saúde, o Senhor Presidente considerou a ausência de cirurgião um problema de difícil resolução, já que aquele que permanecia nas Flores era integrado no acordo que permitia a presença dos Franceses na Ilha das Flores.

A prevenção e os cuidados primários de saúde realizam-se de forma eficaz.

As evacuações têm decorrido normalmente.

O Presidente recomendou que o Centro de Saúde divulgue, atempadamente e de forma mais eficiente, a presença dos diversos especialistas, que, várias vezes ao ano, prestam diversos serviços temporariamente no Centro.

Por último, o Sr. Presidente disse ser urgente encontrar uma solução para o facto da Fazenda de Santa Cruz ser a única localidade não abrangida pelo transporte de sinal televisivo.

CAPÍTULO III

REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTIVO DA ESCOLA PREPARATÓRIA DE STA. CRUZ

A Comissão foi informada de que a remodelação e ampliação que o edifício sofreu é suficiente para as necessidades, ficando as instalações muito boas.

O corpo docente é constituído por 30 professores, sendo 10 com habilitação própria e 2 com habilitação suficiente.

A população escolar é de 360 alunos.

A ausência de professores com habilitação própria ou suficiente na área de Matemática é uma grande preocupação.

O quadro do pessoal administrativo disponibiliza 6 lugares, mas só três lugares estão ocupados, tendo sido apontada a necessidade de serem preenchidos os restantes lugares.

Ao nível da fuga à escolaridade obrigatória só foram registados 2 (dois) casos no 2º Ciclo, no ano lectivo de 1993/94.

O transporte escolar funciona com eficácia.

A escola não se encontra vedada, o que para o Conselho Directivo é uma necessidade.

CAPÍTULO IV

REUNIÃO COM O SR. PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DAS LAJES

A Comissão reuniu com o Sr. Presidente no dia 28 de Junho e pelo mesmo foi sugerido que a metodologia a ser usada fosse a de perguntas e respostas.

Assim, na sequência das perguntas dos diversos deputados o Sr. Presidente informou o seguinte:

O maior problema que aflige as autoridades do Concelho é a ausência de jovens, sendo uma grande preocupação da Câmara Municipal fomentar e incentivar medidas para fixar jovens, em conjugação com o Governo Regional.

Afirmando que "sem juventude não teremos melhor futuro".

Salientou também que o intercâmbio desportivo é muito importante, porque aproxima os Açorianos das diversas ilhas uns dos outros.

Para fomentar a prática desportiva, a autarquia construiu Poli-

Desportivos junto às escolas primárias nas freguesias do Concelho.

Considerou ainda que as assistentes sociais não deviam só servir para distribuir dinheiro, sendo necessário mais assistentes sociais no concelho e que a acção das mesmas devia ser sempre articulada com a Câmara Municipal.

Informou que o elenco camarário gostaria de ver construído um lar de idosos, tendo disponibilizado ao Governo Regional o terreno e o respectivo projecto.

Contudo, se o Governo tiver dificuldades financeiras para a sua construção, a autarquia está disposta a construir, desde que o executivo, assuma, posteriormente, o dirigismo e a sua manutenção.

Destacou que os programas de habitação que estão desactivados são muito importantes para as populações, sendo urgente a sua retoma e, se possível, o seu reforço.

Constatámos que o parque escolar é muito razoável e que a rede pré-primária é suficiente.

A Comissão foi informada de que o Polivalente das Lajes, em construção, não tem atrasos significativos, englobando o mesmo o posto de saúde.

O Senhor Presidente demonstrou esperança de que o Governo faça alguma coisa para dinamizar o Turismo.

A Comissão foi alertada para a necessidade de criar novos incentivos para a fixação de técnicos, designadamente passagens, habitação e bonificação de tempo de serviço.

Por último, a Comissão foi convidada a visitar as futuras instalações dos serviços da Câmara Municipal.

CAPÍTULO V

VISITA AO CENTRO DE SAÚDE

A Comissão visitou o Centro de Saúde sendo acompanhada pelo seu Conselho de Administração.

O Centro de Saúde dispõe de 4 médicos, incluindo o que presta serviço no Corvo, 4 enfermeiros e 4 auxiliares de acção médica, para servir mais de 5 (cinco) mil utentes. Não existem utentes a aguardar consultas.

Nas participações dos doentes não existem atrasos.

As grávidas cumprem o estipulado, só se realizando durante o ano de 1994, e até agora, um parto prematuro, que foi assistido no Centro de Saúde.

As evacuações decorrem normalmente, contudo, os Deputados foram alertados para o problema que é sair da Ilha um técnico de saúde para acompanhar um doente.

As instalações não têm problemas e a taxa de ocupação anual de internamento é de cerca de 50%.

O Conselho de Administração afirmou que sem se alterar os incentivos existentes, será difícil ter mais médicos e enfermeiros, verificando a urgente necessidade de enfermeiros.

O Centro mantém vários protocolos com especialistas que prestam serviço regularmente, sendo o seu número, em 1993, de 16.

CAPÍTULO VI

VISITA AO LAR DE IDOSOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTA CRUZ

O Lar de idosos tem a dimensão de 1.400 metros quadrados, com um projecto do arquitecto Gomes de Menezes e a construção da empresa

"Castanheira e Soares", tendo o seu custo ultrapassado os 200 mil contos.

Tem a capacidade de 23 camas, para internados, e disponibiliza um excelente espaço para criar um centro de dia, contemplando as estruturas para o apoio domiciliário.

Prevê-se o início da sua actividade durante o mês de Setembro.

CAPÍTULO VII

VISITA À ILHA DO CORVO

A Comissão deslocou-se à Ilha do Corvo no dia 29 de Junho, tendo desenvolvido os seguintes trabalhos:

- Reunião com o Senhor Presidente da Câmara Municipal e respectivos vereadores.
- Visita ao Posto de Saúde.
- Visita às obras do Cais do Porto da Casa.

1 - REUNIÃO COM O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CORVO

Na sua explanação o Sr. Presidente afirmou que o mais grave problema da Ilha do Corvo, continua a ser a fixação de jovens porque, quando saem para estudar, não regressam.

Assim, não se consegue rejuvenescer a população.

Não existem desempregados, nem se constata sinais de delinquência e de toxicod dependência.

No apoio ao Associativismo Juvenil, a autarquia disponibilizou verbas para que os escuteiros adquirissem uma sede.

A Câmara é a principal empregadora da Ilha com cerca de 50 trabalhadores.

Os autarcas mostraram preocupação e ao mesmo tempo grande expectativa no modo como será implementada a escolaridade obrigatória até ao 9.º ano.

No sector da habitação não existem problemas.

Em cooperação com o Governo Regional a Câmara pretende fazer o saneamento básico da ilha e asfaltar todas as estradas, numa extensão de 18 km.

Por último, os autarcas sensibilizaram a Comissão para a necessidade de aumentar o cais acostável do Porto da Casa.

2 - VISITA AO POSTO DE SAÚDE

A Comissão foi recebida pelo único médico, que é responsável pelo funcionamento do posto de saúde.

Seguiu-se a visita às instalações, que foram consideradas suficientes para responder às solicitações da Ilha.

Posteriormente, os senhores deputados fizeram várias perguntas ao médico, sobre a actividade do Posto, destacando-se as seguintes:

Foi considerado que o aparelho de Raio X existente se encontra obsoleto, não havendo técnico auxiliar nesta área nem o equipamento de protecção necessário.

Considera-se que as salas do Posto de Saúde, onde as pessoas permanecem até serem evacuadas, não têm o mínimo de privacidade e de condições de conforto necessárias aos doentes.

O médico assume a responsabilidade das restrições que são impostas à saída dos doentes para as consultas de especialidade e das quais a população se queixa.

3 - VISITA ÀS OBRAS DO PORTO DA CASA

Constatou-se que as obras decorriam a bom ritmo, conforme o planeado.

Contudo, detectou-se grande expectativa junto de diversos populares que se encontravam junto à obra, em saberem se a ampliação prevista, do cais acostável, é

suficiente para corresponder aos navios e embarcações que ocorrem à Ilha, no período de maior ondulação.

CAPÍTULO VIII

NOTA FINAL

A Comissão considera que os trabalhos efectuados foram muito profícuos congratulando-se pelo modo como foi recebida pelas diferentes entidades.

O Relator em exercício, Mark Marques.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Rui Carvalho e Melo.

Presidente: Pedia ao relator da Comissão de Economia, Finanças e Plano o favor de proceder à leitura do seu relatório.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Plano a que se refere o artigo 119,º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE SETEMBRO DE 1994

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, é constituída pelos seguintes deputados:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- Victor Evaristo (Presidente)
- Rui Luís (Relator)
- António Almeida
- Manuel Brasil
- Humberto Melo
- Gaspar da Rosa
- Gustavo Frazão

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Francisco Oliveira (Secretário)
- Dionísio Sousa
- Fernando Lopes
- Manuel Serpa
- Mário Machado

DEPUTADO INDEPENDENTE

- Manuel António

CAPÍTULO II

GENERALIDADES

1 - A Comissão reuniu nos dias 13, 14 e 15 de Setembro na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Ponta Delgada.

2 - Na reunião do dia 14, o deputado António Almeida foi substituído, no período da manhã, pela deputada Ana Carolina e no período da tarde pela Deputada Rosa Machado, todos do PSD e o deputado Francisco Oliveira foi substituído pelo deputado Silva Melo, ambos do PS.

3. Na reunião do dia 15, o deputado António Almeida foi substituído pela Deputada Rosa Machado, ambos do PSD e o Deputado Francisco Oliveira foi substituído pelo deputado Silva Melo.

4 - Na reunião do dia 13, os deputados Manuel Brasil do PSD e Francisco Oliveira do PS, faltaram justificadamente.

CAPÍTULO III

TRABALHOS REALIZADOS

No decorrer deste ante-período legislativo, a Comissão discutiu e deu parecer favorável aos seguintes diplomas:

1 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 7/94 - Fundo Açoriano de Seguros Agrícolas.

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 15/94 - Aplicação à Região das medidas Agricultura e Pescas no âmbito do PEDRAA II.

CAPÍTULO IV

TRABALHOS PENDENTES

1 - Conta da Região Autónoma dos Açores - 1992.

(Aguarda parecer do Tribunal de Contas)

2 - Ante-Proposta de Lei - Prorrogação do prazo de transição para a tributação dos rendimentos provenientes das explorações Agrícolas, Silvícolas e Pecuárias.

(Foram pedidos pareceres à Direcção Geral de Contribuição e Impostos; Federação Agrícola; Associações Agrícolas e Câmara do Comércio e Indústria dos Açores).

3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/94 - Administração dos Portos dos Açores.

(Em relação a esta proposta a Comissão, face à existência de alguns pareceres negativos e ao conhecimento que algumas forças da Região se terão pronunciado publicamente em seu desfavor entendeu, por maioria, ouvir o novo Secretário e simultaneamente pedir pareceres às entidades directamente envolvidas, ou seja, as três Juntas Autónomas.)

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 12/93 - Medidas Cautelares das Bacias Hidrográficas da Região Autónoma dos Açores.

5 - Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre o Regime Jurídico de Utilização dos Bens do Domínio Hídrico da RAA.

6 - Projecto de Decreto Legislativo Regional de alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 12/77/A, de 14 de Junho, sobre medidas de protecção às Lagoas, Ribeiras e Nascentes de água dos Açores.

7 - Petição/Exposição da Associação de Proprietários Agrícolas de São Jorge.

(A Comissão entendeu pedir alguns pareceres antes de se pronunciar sobre a mesma.)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ponta Delgada, 15 de Setembro de 1994.

O Relator, *Rui Luís.*

O Presidente, *Victor Evaristo.*

Presidente: Srs. Deputados, passamos ao ponto número dois da nossa ordem de trabalhos e que se refere ao debate do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão relativa a uma Proposta de Resolução apresentada por Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre as "**Ligações Aéreas com Boston**". Está aberta a discussão sobre este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma justificação breve sobre o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Resolução sobre as "Ligações aéreas com Boston", que oportunamente apresentamos a esta Assembleia.

Justificação breve porque se nos afiguram simples as razões que nos levaram a tomar esta decisão que, para além de procurar reparar um erro enorme e sem justificação possível, condena igualmente a decisão da TAP que, como companhia de bandeira, tem por obrigação manter ligações regulares com todas as comunidades portuguesas e, em particular, com aquelas que, nas suas deslocações, não têm outra alternativa que não seja a utilização do transporte aéreo.

Importa ainda sublinhar que as referidas ligações aéreas em voos charter têm início já no próximo dia 4 de Novembro e que este Plenário só voltará a reunir depois dessa data.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para nós não são necessários estudos ou dados estatísticos para condenar a decisão da SATA - ou será que algum dos senhores deputados da Terceira, S. Jorge, Graciosa, Pico, Faial, Flores, Corvo ou Santa Maria precisa de qualquer explicação do concelho de administração de uma empresa pública para condenar a decisão por eles tomada e que obriga a que os passageiros vindos de Boston e cujo destino seja essas ilhas a pagarem mais do que os passageiros cujo destino seja S. Miguel?

Também não precisamos de saber o número de passageiros que a TAP movimentou em 93 e 94 e muito menos se nos afigura sequer necessário saber quais os estudos de base, de índole sócio-económica e as questões técnicas que fundamentaram a decisão tomada pela administração da SATA, para recomendarmos ao Governo que, como entidade tutelar daquela empresa pública, **a obrigue a tratar de forma igual todos os açorianos.**

Será mesmo necessário a alguém, saber qual o movimento da carga e o seu carácter específico para condenar com muita firmeza o facto dos exportadores da ilha Terceira terem de pagar mais do que os seus colegas de S. Miguel para colocarem os seus produtos no denominado mercado da saudade?

Creio que por todas estas razões não podia deixar de dar senão uma justificação breve sobre o pedido de urgência desta nossa Proposta de Resolução, porque as evidências são enormes e as soluções simples.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não acreditamos que esta Assembleia se demita das suas responsabilidades e que os senhores deputados que representam os potenciais utilizadores dos voos Açores-Boston-Açores, não naturais ou residentes em S. Miguel, tenham a coragem de protelar uma decisão que já nos primeiros dias de Novembro irá afectar quantos demandem essas paragens.

É preciso ser coerente entre a teoria e a prática e por isso estou convencido de que esta Assembleia não se demitirá de cumprir o seu dever tal como os senhores deputados naturalmente nunca deixarão de lutar para que os açorianos sejam todos sempre tratados de igual forma.

(Aplausos do PS e do Deputado Manuel Amaral)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A diligência desta Proposta de Resolução, em nosso entender, tem razão de ser.

Aliás, ao abordarmos algumas questões relacionadas com a política de transporte aéreo, fizemos referência a esta matéria e a nossa concordância, por um lado, prende-se com a necessidade de se considerar a matéria urgente, o que aliás foi perfeitamente justificado pelo Sr. Deputado que aqui veio defender esta matéria. Por outro lado, pensamos que só aprovando esta urgência é que se torna possível amanhã, aqui neste Plenário, debater-se em toda a profundidade o assunto em apreciação.

Efectivamente, o facto da Empresa Pública Regional SATA participar nos voos Charters que vão ligar os Açores à nossa comunidade de emigrantes, merece ter tida em consideração nesta problemática.

Não se poderá de modo nenhum dizer que esta empresa através da sua participação em toda esta matéria, se arroga do direito de se arvorar em entidade capaz de ditar as

leis que muito bem entenda em relação à política aérea da Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado, o prejuízo causado a todos aqueles que se queiram dirigir para a nossa comunidade ou que de lá venham para a Região, é evidente que não poderão ficar obrigados a ter como destino exclusivo o aeroporto de Ponta Delgada quando sempre tiveram também as Lajes.

E digo sempre tiveram, porque muito antes destas ligações se fazerem via Ponta Delgada, elas inclusivamente faziam-se anteriormente por Santa Maria e pela Terceira.

Por isso mesmo - já dissemos há pouco e repetimos - tudo o que seja regredir, tudo o que seja andar para trás nesta matéria, em nosso entender, é condenável e criticável.

No entanto, e em função do modo como os açorianos têm sido tratados pela empresa pública regional, pela sua administração e pela sua tutela - porque os verdadeiros responsáveis são aqueles que tutelam a empresa, ou seja, o Governo Regional - perante todas as anomalias que se têm verificado nos últimos tempos e que se estão a verificar neste momento em relação ao modo como estamos a ser servidos por esta empresa pública regional, não estranhámos que mais uma anomalia venha agora acontecer.

Pensamos que seria positivo para a Região e para o próprio prestígio da nossa Assembleia que amanhã pudéssemos discutir esta matéria e por isso mesmo vamos votar esta urgência.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sr.^a Deputada Fátima Oliveira.

Deputada Fátima Oliveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em 30 de Agosto os deputados do PSD pelo círculo da Ilha Terceira apresentaram um requerimento questionando o Governo Regional sobre as razões, efeitos e medidas compensatórias que a SATA iria tomar de acordo com as declarações da sua Administração, relativamente ao plano anunciado de voos charters e que excluem o aeroporto internacional das Lajes.

No mesmo requerimento pretende-se igualmente confrontar as declarações contraditórias produzidas pela Administração da SATA e o Delegado da TAP e a situação fluida que transpareceu para a opinião pública.

Tendo a TAP abandonado a sua linha Açores-Boston-Açores, quanto a nós de uma forma, no mínimo, leviana e mais uma vez discriminatória para com os Açores e os Açorianos e, neste caso concreto, também para com os nossos emigrantes dado que continua, por enquanto, a deter o monopólio desta linha, é nosso entendimento que todos os inconvenientes que daí advêm terão que ser tratados, pelos deputados subscritores e por esta Assembleia, de forma serena e devidamente fundamentada, dadas todas as consequências e implicações subjacentes às decisões que, fundamentalmente, se põem em causa: ou seja, a eliminação da ligação Açores-Boston-Açores pela TAP e a decisão do Conselho de Administração da SATA e suas associadas em manter uma ligação semanal, em regime de charter, Açores-Boston-Açores, minimizando, assim, o abandono radical daquela linha por parte da TAP.

O requerimento inicialmente referido ainda não foi respondido mas, de antemão, se sabe que os dados sobre as taxas de ocupação que a SATA possa fornecer serão restritos à taxa de ocupação dos voos charters anteriormente efectuados por aquela empresa e suas associadas. Desta forma e se tivermos em conta as taxas de ocupação relativamente à TAP divulgadas pelos órgãos de Comunicação Social, facilmente se depreende que as mesmas não são convergentes com as dos voos charters e que os dados parecem, à partida, susceptíveis de induzir a opinião pública em erro.

Assim sendo, e numa prova de manifesta preocupação os deputados do PSD pela Ilha Terceira apresentaram a 27 do corrente, um requerimento à Mesa da Assembleia Regional no sentido de que sejam fornecidos aos deputados signatários os dados oficiais sobre a taxa de ocupação efectiva nas ligações da TAP com Boston, via Lajes.

Não pretendemos, pois, empolar ou explorar politicamente uma situação, pretendemos isso sim, efectuar, através dos dados oficiais que nos forem fornecidos, um estudo adequado e tomar posições fundamentadas, de acordo com a coerência pessoal e política com que sempre procuramos tratar cada problema.

E para que dúvidas não subsistam nem a especulações se abalancem àqueles que não têm, por dever de representatividade, governar, unindo e construindo, fica claro que os deputados do PSD pela Ilha Terceira não abdicarão de tomar as posições que

julgarem convenientes, se, depois do estudo em comissão, se verificar que, quem quer que seja pretenda, deliberadamente, prejudicar as ligações do aeroporto internacional das Lajes.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PSD votará contra o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão apresentado pelo Partido Socialista, de forma a permitir que o diploma baixando à Comissão faculte, por parte de todos os deputados, uma análise mais aturada desta questão passando, nomeadamente, pela audição de todos os intervenientes neste processo.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi rejeitado com 25 votos contra do PSD, 19 votos a favor do PS, 1, voto a favor do PCP e 1 voto a favor do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Tendo em conta esta votação o documento baixa à Comissão de Economia Finanças e Plano para parecer e posteriormente ser assinado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros para uma declaração de voto.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não bastam Srs. Deputados, que se tenham indignado em finais de Agosto e julgam que cumpriram a sua "desobriga" com um requerimento apresentado a esta Assembleia.

É pouco que tenham renovado a sua iniciativa, passado que foi, porque o Governo não cumpriu ainda as suas obrigações regimentais.

É lamentável que não tenham visto e seja preciso na sua óptica baixar a uma Comissão para se saber que há açorianos que são penalizados por residirem em 8 ilhas em detrimento de alguns que residem apenas em S. Miguel.

Finalmente, gostaria de dizer que o ciúme pela falta de iniciativa legislativa não pode nem deve prejudicar nenhum açoriano nem nenhuma ilha. E que se desiludam os que querem ser donos e não legítimos representantes do povo que os elegeram.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Rui Luís.

Deputado Rui Luís (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas umas breves palavras para justificar a posição do Grupo Parlamentar do PSD, relativamente a este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução apresentada pelo Partido Socialista "Ligações Aéreas com Boston".

É do conhecimento de todos os Srs. Deputados a forma como encaramos essa questão e que oportunamente revestiu a figura de requerimento apresentado ao Governo Regional e, posteriormente, outro à Mesa da Assembleia Legislativa Regional.

Não temos dúvidas que o abandono desta ligação a Boston por parte da TAP e a solução encontrada pela administração da SATA e suas associadas irá causar alguns prejuízos à sociedade civil e ao sector empresarial, mas estamos conscientes de que é necessário um estudo aprofundado desta matéria que só é possível em Sede de Comissão, onde se poderão recolher todos os elementos necessários de modo a que as conclusões não sejam meramente formais e/ou infundadas.

Sendo assim, o Grupo Parlamentar do PSD votou contra o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda há pouco manifestávamos a esperança de que todos os partidos tivessem a coragem de discutir aqui aberta e claramente, em plenário, esta matéria. Estamos convencidos que ultrapassada esta possibilidade, a próxima ocasião para discutir - em Novembro - está fora de tempo.

Infelizmente, e digo isto para esta Assembleia, o PSD não quis fazer aqui esta discussão e o argumento - vejamos - é o facto de terem feito um requerimento que ainda não tiveram resposta.

Perante esta situação, a nossa declaração de voto é de que o nosso voto não poderia ser outro e apenas lamentamos profundamente que a matéria amanhã não possa ser aqui discutida.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos e de acordo com o que ficou combinado com os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e o Sr. Deputado Paulo Valadão, vamos apreciar o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Ante-Proposta de Lei sobre a "Suspensão da Aplicação do Artigo 10.º do Código do IRS às vendas ao Estado dos Terrenos da Base das Lajes"**.

Está aberta a discussão sobre esta Ante-Proposta de Lei.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Barros.

Deputado Ricardo Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há cerca de 50 anos, o Estado Português arrendou compulsivamente os terrenos onde hoje se situa a Base das Lajes.

Foi um processo doloroso para os senhorios e também para alguns rendeiros que não tinham outra forma de vida nem tinham até aí exercido outra actividade.

Não bastou ao Estado na altura arrendar compulsivamente os terrenos que eram considerados o celeiro da ilha, como também se obrigou então a que todos os que se dedicavam à agricultura trabalhassem na construção daquela infra-estrutura o que levou na altura a uma revolta de muitos deles e só "in extremis" foi salva a possibilidade de parte deles irem presos para Lisboa.

É um pouco para reparar essa injustiça que hoje apresentamos uma proposta de lei no sentido de se suspender a aplicação do artigo 10.º do Código do IRS, até à conclusão da venda dos terrenos ao Estado.

Apresentamos esta Ante-Proposta com Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, porque ela deverá integrar a proposta de Orçamento do Estado para o próximo ano e daí que tenhamos entendido que seria a melhor altura desta Assembleia para aprovar a nossa iniciativa parlamentar.

Podemos questionar em relação também ao nosso projecto, o facto de apenas alguns dos proprietários irem beneficiar com tal medida.

Efectivamente, todos os senhorios que detêm os terrenos antes de 89, não são abrangidos pelo Código do IRS. Daí que essa iniciativa tem exactamente o alcance de não prejudicar aqueles que não podendo transaccionar as terras, se vêem agora obrigados a pagar um suplemento em relação aos senhorios que detinham a posse das mesmas antes de 89.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vamos também votar favoravelmente este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, na medida em que consideramos que esta matéria só terá efeito eficaz se, efectivamente for aqui aprovada e inclusivé chegar e ser aprovada na Assembleia da República em tempo útil, ou seja, antes da aprovação do Orçamento do Estado.

Por isso mesmo, pensamos que esta matéria é urgente, importante, vai de encontro às necessidades dos proprietários dos terrenos da Base das Lajes e esperemos que eles possam usufruir - daquilo que nós em princípio amanhã iremos votar - manifestando o desejo de que a situação seja resolvida o que para nós não é totalmente claro, nem é totalmente passível que isso aconteça no próximo ano.

De qualquer modo, seria importante que acontecesse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A questão dos terrenos da Base das Lajes nesta Legislatura, foi trazida pela primeira vez ao Parlamento, pelo Partido Social Democrata.

Foi trazida por uma questão de preocupação que houve e tem havido, relativamente à situação que se viveu durante muitos anos, e que hoje felizmente parece ultrapassada, da injustiça gritante que se viveu e que se impos aos proprietários daqueles terrenos muito pouco condizente com as normas e os princípios de um Estado de Direito Democrático.

Nesse sentido, nós estamos e compreendemos e aceitamos as razões que são aqui apresentadas para esse Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Nós não receamos nem temos ciúmes da iniciativa legislativa alheia.

Nós não embandeiramos em ar.

Nós procuramos, isso sim e penso que isso faz parte da dignidade deste Parlamento, é que não se imponha às pessoas votar em branco, mas fazê-lo com que votem devidamente esclarecidos todos os elementos que são susceptíveis de serem trazidos a Plenário para que sejam devidamente fundamentadas as posições que tomam.

Neste caso, há duas razões que me parecem fundamentais para que se vote a urgência e dispensa de exame em Comissão:

- primeiro, porque num caso como neste não há elementos a trazer a Plenário, não há mais qualquer documento a juntar, há apenas uma questão de fundo, ou seja, ou se vota a favor ou se vota contra.

- em segundo lugar, porque atendendo ao facto de ser intenção de incluir essa ante-proposta e ser discutida ainda a tempo de, eventualmente, no Orçamento de Estado para 1995, embora essa proposta pudesse ser trazida mais cedo, porque a questão dos terrenos da Base das Lajes já está quase resolvida há um ano.

É óbvio que nós concordamos que a ser discutida, a ser aprovada que seja feita de forma a ser, eventualmente incluída no Orçamento de Estado para 95.

Por estas duas razões que acabei aqui de referir, sucintamente, é óbvio que o Partido Social Democrata irá votar favoravelmente o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos então votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então ao ponto número três da nossa Ordem de Trabalhos.

Trata-se da apreciação de uma **Proposta de Resolução sobre "Financiamento da Nova Igreja de Santa Luzia"**.

Está aberta a discussão.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo - não tem nenhum:

Em consequência do sismo de 1980, uma grande parte do património arquitectónico da Ilha Terceira ficou gravemente afectado o que levou o Governo Regional de então, naquilo que pessoalmente considero um dos momentos de maior lucidez política, a tomar uma série de decisões tendo em vista o apoio indispensável à recuperação do património destruído.

Passaram a poder beneficiar desses apoios tanto particulares proprietários de edifícios com interesse cultural, como diversas associações culturais e desportivas, prevendo-se mesmo a atribuição de subsídios para a reedificação e reparação de Igrejas-propriedade privada.

Contudo os normativos então existentes não abrangiam as obras de construção de igrejas novas em substituição daquelas que haviam sido irremediavelmente destruídas pelo sismo. Assim, o Governo Regional resolve suprir esta lacuna e cria um quadro legal que permite participar a construção de diversas igrejas figurando então (recordo que estávamos em 1982) como primeira prioridade a Igreja de Santa Luzia em Angra do Heroísmo, já que era previsível um significativo aumento populacional que resultaria da construção de um bairro com cerca de 200 moradias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O processo que se seguiu foi idêntico a muitos outros que por esta Região se arrastam anos sem fim. Ora foram dificuldades com a aprovação do projecto, ora foram problemas de financiamento, ora foram muitas outras coisas que me dispense de enumerar mas que as Senhoras e Senhores Deputados podem facilmente perceber se quiserem ter a bondade de ler o "Memorando" que se encontra anexo ao relatório e parecer que a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais produziu a propósito da Proposta de Resolução que estamos a apreciar.

Da leitura destes documentos resulta claro que o Governo assumiu, desde há muito, o compromisso de apoiar a construção da nova Igreja de Santa Luzia. Só lhe resta nestas circunstâncias honrar os seus compromissos. E a melhor forma de dar provas da sua boa fé, será definir desde já um quadro de financiamento claro que tenha expressão já no próximo plano de investimentos para o ano de 1995.

Dado que esta Proposta de Resolução visa no essencial este objectivo, votá-la-emos favoravelmente sem qualquer tipo de reserva.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Fernando Fonte, embora me surpreenda essa preocupação que nos traz o seu empenhamento pela Igreja de Santa Luzia, quando sendo V. Ex.^a residente nessa freguesia.

Tanto quanto eu sei pelo Jornal Paroquial e pelo Memorando entregue pelo pároco da mesma freguesia, nunca você procurou empenhar-se sobre esta questão.

Não sou eu a dizê-lo é o que consta no Memorando e no próprio Jornal Paroquial que não foi V. Ex.^a nem nenhum Deputado do Partido Socialista que se preocupou com essa questão.

Fazê-lo agora aqui, é óbvio que é vir tardiamente remendar o mal que foi feito.

Trouxemos essa questão aqui ao Parlamento e foi mostrada a nossa preocupação e a defesa da resolução desta questão da Igreja, apenas e só, por se tratar da melhor justiça da sua reconstrução.

Isto, porque não foi prestado a qualquer igreja, porque outras há, quer na minha ilha quer noutras ilhas, cuja reconstrução foi suportada pelo Orçamento da Região.

Apenas e só porque esta igreja fazia parte duma Resolução - Resolução 80/82, de 30 de Junho - em que ela tal como todas as outras, foi atingida pelo sismo, devendo beneficiar dos apoios que essa Resolução determinara.

A par da justiça e do facto de ser abrangida por essa Resolução e como era a única igreja que se mantinha numa situação que era urgente encontrar de uma forma definitiva a solução para a sua reedificação, é óbvio que isso, por si só, já merecia da nossa parte o empenhamento que sempre demonstrámos na resolução desta questão no que concerne a esta igreja.

Mas a par do facto de se tratar de uma igreja que foi atingida pelo sismo que como tal deve beneficiar do apoio que outras igrejas beneficiaram em tempo útil e no devido momento, é por outro lado, a circunstância do papel importante de que esta

igreja pode desempenhar no lugar e na freguesia onde se situa, ou seja, a freguesia que é dormitório da cidade.

Atendendo ao facto de ser uma freguesia muito grande onde muita gente vive, é importante não só para o exercício do culto, mas como para todas aquelas actividades que estão correlacionadas, que haja uma igreja.

No fundo, é repor a justiça fazer uma igreja tal como aquela que existia antes do sismo e que neste momento não existe. Também por outro lado, criar as condições mínimas para que o culto seja realizado com a dignidade que se impõe.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD em harmonia com o empenhamento que sempre demonstrámos nessa questão, irá votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não me vou referir à segunda parte da sua intervenção, uma vez que temos pontos de vista convergentes e suponho que não há que fazer algum comentário.

No entanto, não posso deixar de passar em claro a "provocação" que o Sr. Deputado de uma forma e com um sorriso nos lábios e olhando-me sempre nos olhos me dirigiu.

Eu quero - digamos também com o mesmo sorriso nos lábios e olhando também o Sr. Deputado nos olhos - responder dizendo o seguinte:

Eu há muitos anos que me venho interessando, porque sou paroquiano de Santa Luzia.

Já fui Presidente daquela Junta de Freguesia.

Muito do que foi feito naquela freguesia, a construção de um parque infantil no sítio onde havia a igreja e toda a polémica que seguiu à sua destruição, eu estive envolvido nela.

Portanto, eu tenho acompanhado a vida da minha paróquia.

Há muitos anos participei num referendo - que aí é mencionado nesse relatório - e dei a minha opinião como paroquiano sobre que é que se deveria fazer sobre isso.

Não vou estar aqui a enumerar os contactos que tive, os que não tive. Sempre tive uma postura de apoio junto do pároco e da Comissão fabriqueira da igreja, relativamente a isso.

Se não trouxe a esta Câmara este assunto, foi porque nunca considerei que este assunto tivesse que ser trazido por mim ou pelo Partido Socialista à Câmara, aqui à Horta.

De qualquer maneira, eu penso que é preferível ter tido essa atitude de trabalhar um pouco na sombra sem pretender dar nas vistas, é preferível essa atitude do que aquela que o Sr. Deputado teve e que se me permite, eu vou ler aqui no Memorando o que é que aconteceu com aquilo que o Sr. Deputado fez.

O Sr. Deputado, depois de alguma polémica e depois do Sr. Padre de Santa Luzia ter por diversas vezes estado no Governo para que lhe concedesse apoio para a construção da nova igreja e não tendo conseguido esses objectivos, a determinada altura, o Sr. Deputado dirige-se ao pároco - segundo o que aqui está, em finais de Janeiro de 1994 - e prontifica-se a diligenciar junto do Governo Regional uma solução para o financiamento da construção da nova igreja de Santa Luzia.

Passada uma semana, o Sr. Deputado telefonou ao Sr. Padre dizendo que havia mantido uma conversa com o Secretário Regional das Obras Públicas onde este havia garantido o seu empenho na realização da obra apontando como data possível da sua conclusão finais de 95 ou 96, altura em que a paróquia de Santa Luzia celebrará o seu quarto centenário.

O Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas confirma este compromisso em Fevereiro.

Portanto, Sr. Deputado, mais vale trabalhar com alguma humildade na sombra e dar o apoio que é possível, do que vir através de medidas eleitoralistas conquistar primeiras páginas de jornais - que foi isso que o Sr. tentou fazer - e tentou convencer o pároco de Santa Luzia que informou toda a população das suas diligências, dizendo que o assunto estava resolvido, que a igreja ia ficar pronta em 95 e afinal o Sr. não conseguiu comprovar nada das promessas nem nada das vãs promessas que fez sentir os paroquianos de Santa Luzia.

Portanto, isto é que é grave. Talvez mais vale a pena falar no acontecimento, na altura correcta, do que andar à procura de **parangonas** nas páginas de Jornais.

Voices do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado é que está a ter uma postura própria de quem anda com ciúmeira política.

Quanto ao relatório aqui presente, eu apenas entendo - apesar de ter feito aqui as minhas diligências neste Plenário - que há uma Proposta de Resolução que nem sequer é da autoria do Partido Social Democrata, esta Proposta de Resolução é da autoria do Centro Democrático Social.

Na altura própria, foi pedida a urgência e dispensa de exame em Comissão e nós ao aprovarmos, os meus colegas Deputados do PSD da Ilha Terceira apesar de estarmos habilitados - porque estávamos dentro da matéria a decidir sobre essa questão - achámos por bem que descesse à Comissão.

Todas as entidades foram ouvidas e penso que hoje, consciente e responsabilmente e sem demagogias políticas, todos os Srs. Deputados estão aqui habilitados a poder em consciência votar este diploma.

Quanto à questão que o Sr. Deputado aí levanta, ninguém anda à procura de parangonas nos jornais nem ninguém precisa de parangonas nos jornais para sobreviver.

O que acontece é o seguinte Sr. Deputado: houve a preocupação de Deputados do Partido Social Democrata, perante aquela situação e o impasse que se registava de como representantes e não como donos do eleitorado se disporem a tentar encontrar uma solução dentro do enquadramento legal e de harmonia com as disponibilidades existentes.

Foi nesta perspectiva, e não sou responsável pelo relatório nem pelo Memorando, que houve empenhamento, houve a tentativa e houve junto do Governo diligências no sentido da resolução dessa questão.

O poder executivo não nos pertence. As diligências foram feitas, agora eu não faço parte da Comissão.

O próprio relatório da Comissão inibe em grande parte a responsabilidade do Governo e ele foi aprovado por unanimidade.

Deputado Fernando Fonte (PS): O Sr. Deputado já está a falar noutra coisa.

O Orador: Desculpe, não.

O Sr. Deputado está a dizer que houve as diligências e que o Governo não correspondeu.

No fundo, o que vem no relatório que foi lido aqui e que foi aprovado - eu não faço parte da Comissão - pelos membros da sua Comissão...

Deputado Fernando Fonte (PS): Isso não está em questão!

O Orador: O que está aqui em questão é se o Governo concedeu ou não, ou se correspondeu às solicitações.

Uma coisa é solicitar, outra é empenhar e outra é concretizar.

Se porventura, não tivesse havido o empenhamento que deve haver, é evidente que a questão poderia ser resolvida mais rapidamente ou menos rapidamente.

No entanto, seja quem for o deputado - o Sr. Deputado tem a mesma legitimidade do que eu e do que qualquer outro deputado aqui presente - tem a obrigação para, inteirando-se de um problema, se predispor, perante a justiça da situação a dar o seu contributo na sua resolução. Porém, é óbvio que por dar o contributo na resolução de uma questão, não pode de forma nenhuma responsabilizar quem quer que seja, pelo facto dessa mesma questão não ser resolvida dentro do tempo que nós gostaríamos.

O Sr. Deputado não pode responsabilizar um deputado que não andou com a televisão a trás de si para tentar resolver o problema.

Tentaram sim, por entender que esta era uma questão que merecia ser resolvida. Nada mais que isso.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, vai votar favoravelmente a Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional que cumpra as suas obrigações, porque efectivamente a proposta apresentada pelo Sr.

Deputado do CDS, não é mais do que dizer ao Governo Regional que cumpra o que deve cumprir.

Aliás, é lamentável que apesar desta resolução ter saído em 1982 - já lá vão 12 anos - tenha sido necessário a Comissão fabriqueira da igreja ter-se avistado em 3 de Agosto com o Secretário Regional de Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações e que esse Sr. Secretário tenha ouvido estas pessoas para lhes dizer: " - eu lavo as minhas mãos, isto não é nada comigo!"

Isto é caricato!

Portanto, ou o Sr. Secretário não os recebia e enviava-os para quem de direito, ou então o Sr. Secretário é membro do Governo Regional, é responsável pela política do Governo Regional e assume a sua quota parte da responsabilidade.

Foi necessária essa Comissão fabriqueira ter-se avistado com o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, para que o Sr. Secretário viesse dizer "se me derem dinheiro vou fazer!"

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura parece que nessa altura não sabia se ia ter dinheiro ou não. Isto também é um bocado caricato!...

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

O Orador: É a realidade Sr. Deputado!

Como também é caricato que o Governo Regional não venha responder às questões que aqui se estão a pôr, inclusivamente as postas pelo Sr. Deputado que sustenta esse mesmo Governo Regional.

É caricato também que se leve 12 anos a cumprir aquilo que está legislado e a resolução é clara e põe logo em primeiro lugar, a feitura da Igreja da Santa Luzia destruída pelo sismo de 80.

Portanto, pensamos que não vale a pena "bater mais neste ceguinho". Pensamos que este problema - e ficou claro na Comissão - está resolvido. E pensamos também que é importante que isto tenha aparecido aqui e que se vote favoravelmente. Mas também era importante saber da parte do Governo Regional quanto tempo vão levar

ainda e no futuro para cumprir as suas responsabilidades, dando a quota parte que a lei lhes impõe em relação à construção desta igreja?

Disse.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este protesto surgiu da afirmação do Sr. Deputado Paulo Valadão sobre ser caricato um Membro do Governo não saber quais as verbas disponíveis para o Orçamento de 1995.

O Sr. acha que é caricato um Membro do Governo que é questionado por uma situação, que recebe uma comissão, dentro de um diálogo permanente com as populações e a certa altura não sabe, não pode dar a resposta efectiva a essa comissão fabriqueira, porque não tem ideia de quanto vai ser o orçamento para 1995 que está a ser elaborado e vai ser aprovado por esta Casa e que tem um prazo para ser apresentado na última semana do mês de Outubro?

O Sr. Deputado quer que o Sr. Secretário adivinhe?

Não é possível!

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pede a palavra com que finalidade?

Deputado Paulo Valadão (PCP): Para uma intervenção.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nosso entender, caricato não é facto do Sr. Secretário Regional - e penso que o Sr. Deputado Rui Melo percebeu perfeitamente, só que quis procurar dar a volta - não saber quanto é que vai ser o orçamento para 1995.

É caricato que o Governo Regional e que um Membro do Governo Regional não tenha uma ideia do que é que vai fazer com o orçamento que vai ter à sua disposição no ano seguinte!

É caricato que um Membro do Governo Regional responda com 12 anos de atraso a uma matéria que ele devia ter contabilizado o que é que se ia passar, ele devia ter planeado o que é que se ia passar.

Então para que é que serve o planeamento nesta Região?

Para que é que aprovamos um plano de médio prazo?

Oh Sr. Deputado, nós vamos aprovar o plano e orçamento anual, mas está aprovado um plano de médio prazo. Para que é que serviu?

Qual foi a consciência que os Srs. tiveram e que o Governo Regional teve na feitura do plano de médio prazo?

Aliás, chega-se a uma conclusão: é que se não fosse a Proposta de Resolução que aqui está e se não fosse este problema de termos tido todo o "élan" que mereceu a Igreja de Santa Luzia, o mesmo iria ser adiado, indefinidamente, até ver se esquecia. Esta é a realidade. E como o Governo tem esquecido dezenas e dezenas de assuntos, pelo punho do Sr. Dr. João Bosco Mota Amaral que tem assinado e que tem esquecido.

Vejamos, o caso concreto da SITURFLOR na Ilha das Flores, patrocinada pelo Governo Regional, cuja feitura faz parte de uma resolução do executivo assinada pelo punho do seu Presidente não sei há quantos anos, e que está parada não sei há quanto tempo à espera de abrir e não abre.

Isto é um exemplo do modo como o Governo Regional está a funcionar.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar esta Proposta de Resolução apresentada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro da Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao termo da nossa hora regimental que já está ultrapassada um pouco. De maneira que vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje e a nossa ordem de trabalhos para amanhã ... desculpem-me eu talvez adiantei-me.

Penso que o Sr. Deputado Paulo Valadão queria fazer uma declaração de voto...

Deputado Paulo Valadão (PCP): Eu posso fazer amanhã.

Presidente: Não, faz já de seguida para que este assunto seja encerrado.

Eu peço desculpa de ter prosseguido sem atender ao seu pedido de intervenção.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não estão presentes!

O Orador: Não estão presentes?! Olhe, eu nem me tinha apercebido!

Diz o nosso povo, "é mais fácil apanhar um mentiroso que um coxo".

Ainda há pouco o Sr. Secretário Regional dizia que eu estava a faltar à verdade, porque sempre que podiam intervir estavam presentes, daí que eu acabei de dizer Srs. Membros do Governo Regional.

Portanto, a minha declaração de voto resume-se a este dito popular.

Presidente: Srs. Deputados, a nossa Ordem de Trabalhos para amanhã será constituída pelos diplomas que já tínhamos anunciado e que não foram vistos hoje:

- Proposta de Resolução sobre a "Alteração da Resolução n.º 8/86/A, de 31 de Outubro."

- Proposta de Resolução sobre o "Orçamento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores para 1995".

- Proposta de Deliberação sobre "Critério de Atribuição de Ajudas de Custo aos Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores".

- Proposta de Deliberação sobre "Critério de Atribuição de Ajudas de Custo aos Funcionários do Quadro, Pessoal do Gabinete da Presidência e Pessoal dos Grupos e Representações Parlamentares, com Assento na Assembleia Legislativa Regional dos Açores".

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o "Fundo Açoriano de Seguros Agrícolas".

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Aplicação à Região das Medidas de Agricultura e Pescas no Âmbito do PEDRAA II".

- Ante-Proposta de Lei sobre "Suspensão da Aplicação do Artigo 10.º do Código do IRS às Vendas ao Estado dos Terrenos da Base das Lajes".

Agradecia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Deputado Paulo Valadão que amanhã pelas 12.00 horas (meio-dia), se reunissem comigo na Sala da Mesa.

Estão encerrados os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite e até amanhã.

(Eram 20,00 horas)

*(Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - Carlos Morais, José Gonçalo Botelho; **PS** - Carlos Mendonça; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro).*

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM DURANTE A SESSÃO

ANTE-PROPOSTA DE LEI

"SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DO ARTº 10º DO CÓDIGO DO IRS ÀS VENDAS AO ESTADO DOS TERRENOS DA BASE DAS LAJES"

Os terrenos onde hoje se situa a Base das Lajes foram compulsivamente arrendados, há cerca de meio século, a muitas dezenas de pequenos e médios proprietários, o que originou vários conflitos não só pela forma como o Estado Português se portou com os legítimos donos da terra, mas também porque vários chefes de família se viram então privados do exercício da única profissão que haviam conhecido.

Durante várias décadas os senhorios limitaram-se a receber as magras rendas que o Estado estipulou, sendo-lhes inclusivamente vedada, nalguns casos, a possibilidade de vender a terceiros os terrenos que por direito lhes pertenciam.

Felizmente que, após longas negociações entre a Associação de Proprietários da Ilha Terceira e o Estado Português, se chegou finalmente a acordo quanto à possibilidade do Estado adquirir, no espaço de três anos, todos os terrenos da Base das Lajes.

Porém, a publicação do Decreto-Lei nº 141/92, de 17 de Julho introduziu graves distorções entre os impostos a pagar pelos proprietários abrangidos por tal diploma e os que já o eram antes da entrada em vigor do Código do IRS.

Nestas circunstâncias impõe-se suspender a aplicação do Artº 10º do Código do IRS, às vendas ao Estado dos terrenos onde a Base das Lajes se encontra instalada pelo que, o Grupo Parlamentar do PS apresenta à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a seguinte Proposta de Lei à Assembleia da República:

Artº único

A aplicação do Artº 10º do Código do IRS fica suspensa, em relação aos proprietários dos terrenos incorporados na Base das Lajes, até à conclusão do processo de transmissão dos mesmos para o Estado.

Horta, 28 de Setembro de 1994

Os Deputados Regionais, *Ricardo Barros, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Francisco Oliveira e Duarte Pires.*

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que, com o advento da democracia e desde a implementação do regime autonómico no nosso arquipélago, a questão das comunicações telefónicas inter-ilhas nunca mereceu um estudo aprofundado, nomeadamente quanto à adaptação da anterior estrutura técnica do grupo de redes telefónicas, baseadas numa lógica de divisão das ilhas do arquipélago em distritos, à nova realidade de Região Autónoma.

Considerando que, se impõe a curto prazo encontrar uma solução que passe pela unificação dos três grupos de redes telefónicas numa só, abrangendo toda a Região Autónoma dos Açores, como aliás acontece já na empresa concessionária na Região, com um único departamento a nível administrativo e de gestão financeira.

Considerando que tal unificação de grupo de redes viria beneficiar sobremaneira todos os utentes da Região Autónoma, nos seus contactos com todas as ilhas dos Açores, independentemente da sua localização geográfica ou ligação antiga aos ex-distritos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe nos termos regimentais aplicáveis que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolva o seguinte:

Recomendar ao Governo Regional que implemente com a Telecom.Portugal - empresa concessionária das redes telefónicas - o estudo imediato com vista à junção dos três grupos de redes telefónicas, num único Grupo de Redes - Açores.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Setembro de 1994.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Rui Pedro Ávila e José Humberto Chaves

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Considerando que, existem dificuldades financeiras em duas empresas de lacticínios da Ilha do Pico: "Lacticínios Miragaia" e "Lacto-Pico", o que provoca atrasos de mais de um ano e de mais de seis meses, respectivamente, no pagamento de leite aos lavradores seus fornecedores de leite.

Considerando que, este problema concreto não se verifica em mais nenhuma ilha, com esta gravidade, sendo mesmo uma situação que se vem protelando há mais de um ano.

Considerando que a sua origem tem muito a ver com a pesada herança que a anterior empresa de lacticínios da ilha - Martins & Rebelo - deixou ao sector, desestabilizando quer a recém criada, na altura, Empresa de Lacticínios Miragaia, quer agora a própria Lacto-Pico, implementada com apoio governamental e oriunda

dos credores da Martins & Rebelo e que tarda em encontrar o seu equilíbrio financeiro.

Considerando que, os lavradores-credores da Lacticínios Miragaia, aquando da última visita do Governo ao Pico, procuraram o Sr. Presidente do Governo solicitando ajuda financeira para esta situação, na sequência do que o Governo tem feito em relação à Lacto-Pico, não tendo ainda obtido qualquer resposta.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe, nos termos regimentais aplicáveis que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolva o seguinte:

Recomendar ao Governo Regional que implemente, através das Secretarias Regionais da Agricultura e Pescas e da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia, a criação dum grupo de trabalho que, em conjunto com as Administrações das empresas de lacticínios picoenses, estude e proponha medidas concretas, com vista ao saneamento financeiro das empresas "Lacticínios Miragaia" e "Lacto-Pico", solucionando assim, definitivamente, tão momentosa crise financeira que afecta várias dezenas de agregados familiares picoenses, neste ano internacional da família.

Horta, Sala das Sessões, 27 de Setembro de 1994

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista eleitos pela Ilha do Pico, Rui Pedro Ávila e Manuel Goulart Serpa.

A Redactora de 2.^a Classe: Maria da Conceição Fraga Branco